



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

THIAGO CALSA NUNES

Meio ambiente em movimento:

Processo de politização ambiental no extremo-sul de Porto Alegre

Florianópolis

2024

THIAGO CALSA NUNES

Meio ambiente em movimento:

Processo de politização ambiental no extremo-sul de Porto Alegre

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título em mestre em Sociologia e Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nunes, Thiago Calsa

Meio ambiente em movimento : processo de politização
ambiental no extremo-sul de Porto Alegre / Thiago Calsa
Nunes ; orientador, Ernesto Seidl, 2024.

81 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Sociologia Política.
3. Movimentos Sociais. 4. Politização Ambiental. I. Seidl,
Ernesto. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política.
III. Título.

Thiago Calsa Nunes

Meio ambiente em movimento: Processo de politização ambiental no extremo-sul de Porto Alegre

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 31 de outubro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Ernesto Seidl (orientador)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Maurício Izelli Doré

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Dr^ª. Treicy Giovanella da Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Ernesto Seidl

Orientador

Florianópolis, 2024

RESUMO

O trabalho analisa o processo de politização ambiental na região extremo-sul da cidade de Porto Alegre, agenciado por um movimento social que atua no bairro Belém Novo em oposição a iniciativa de construção de um empreendimento imobiliário no local. Parte-se da noção de politização como uma categoria analítica da realidade social, em que agentes sociais lutam pela redefinição dos termos de uma disputa tentando incorporar elementos da realidade como parte de um conflito político. Dessa forma, o meio ambiente, termo de grande abrangência polissêmica, mostra-se atrativo para um trabalho de politização da realidade. A pesquisa analisa a atuação do movimento Preserva Belém Novo, reconstruindo a história social da região em que se situa a disputa, as características individuais e coletivas do grupo e realizando uma avaliação dos resultados adquiridos pela mobilização. Para construção dos dados, foram realizadas observações diretas, entrevistas em profundidade e participação em atividades no período de agosto de 2021 a agosto de 2023. Entre as conclusões da pesquisa, é destacado que a politização ambiental reconfigura a composição, a identidade e os objetivos de um grupo político, de modo a contribuir com a noção de processo político na análise dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Meio Ambiente – Movimentos Sociais – Politização Ambiental – Sociologia Política

ABSTRACT

The work analyzes the process of environmental politicization in the far-south region of the city of Porto Alegre, promoted by a social movement that operates in the Belém Novo neighborhood in opposition to an initiative to build a real estate project there. It starts from the notion of politicization as an analytical category of social reality, in which social agents fight to redefine the terms of a dispute by trying to incorporate elements of reality as part of a political conflict. In this way, the environment, a term with great polysemic scope, appears attractive for a work of politicization of the reality. The research analyzes the activities of the Preserva Belém Novo movement, reconstructing the social history of the region in which the dispute is located, the individual and collective characteristics of the group, and carrying out an evaluation of the results acquired by the mobilization. To construct the data, direct observations, in-depth interviews, and participation in activities were carried out from August 2021 to August 2023. Among the research conclusions, it is highlighted that environmental politicization reconfigures the composition, identity, and objectives of a political group, contributing to the notion of political process in the analysis of social movements.

Keywords: Environment – Social Movements – Environmental Politicization – Political Sociology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista aérea do Lago Guaíba e a cidade de Porto Alegre.....	24
Figura 2 – Visão panorâmica da região do Belém Novo	25
Figura 3 – Vista aérea da região do Belém Novo em ângulo reverso	26
Figura 4 – Praia do Leblon no Belém Novo	29
Figura 5 – Ruínas de restaurante na praia do Leblon.....	29
Figura 6 – Praia do Veludo, com vista para a Ponta Grossa	30
Figura 7 – As regiões do plano diretor de Porto Alegre.....	36
Figura 8 – Concentração da área de ocupação urbana em Porto Alegre	36
Figura 9 – Área da Fazenda do Arado, junto ao bairro Belém Novo.....	37
Figura 10 – Placas instaladas no bairro Belém Novo	46
Figura 11 – Exposição fotográfica no bairro Belém Novo	47
Figura 12 – Logomarca do grupo Preserva Belém Novo.....	48
Figura 13 – Logomarca da campanha Preserva Arado.....	48
Figura 14 – Panfleto de divulgação do grupo	49
Figura 15 – Material do Preserva Belém Novo sobre águas alagáveis.....	58
Figura 16 – Artefatos arqueológicos da região da Fazenda do Arado Velho	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A liderança.....	42
Quadro 2 – O impulsionador.....	43
Quadro 3 – O nativo.....	45
Quadro 4 – Uma mediadora	51
Quadro 5 – Os excluídos	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de atividades acompanhadas pela pesquisa	21
Tabela 2 – Características dos integrantes do grupo	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	14
1.1 A luta pela definição da realidade.....	14
1.2 Movimentos sociais e engajamento militante.....	15
1.3 Politização e ambientalismo no Brasil	17
1.4 Condições da pesquisa e procedimentos metodológicos.....	19
2 PORTO ALEGRE E HISTÓRIA SOCIAL DO BELÉM NOVO NO EXTREMO-SUL DA CIDADE	22
2.1 Colonização do sul do Brasil e a chegada ao sul de Porto Alegre.....	23
2.2 A formação de Belém Novo: em busca do comércio fluvial	25
2.3 Uma nova Integração ao centro da capital.....	27
2.4 Os “tempos áureos”: décadas de 1930 a 1960.....	28
2.5 Declínio e a pressão por alternativas econômicas	31
2.6 Urbanização na zona extremo-sul de Porto Alegre	33
3 MOVIMENTO POR “PRESERVAÇÃO” NO BAIRRO BELÉM NOVO	40
3.1 Surgimento e características do grupo.....	40
3.2 A oportunidade Arado.....	42
3.3 Repertório de ações do grupo	44
3.4 Representações construídas	47
3.5 Atividades em rede	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA MOBILIZAÇÃO.....	53
4.1 Mobilização do meio ambiente e identidade coletiva	53
4.2 Repercussões e representações na mídia	63
4.3 Diferenças de classe.....	68
4.4 A importância do grupo para a rede.....	70
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

Politização é um processo social que transforma uma situação, impulsionado por agentes que questionam a legitimidade política que lhe dá suporte. Entendido como fenômeno social, não é um termo normativo – não há uma “boa” ou “má” politização – e sim um conceito que permite analisar uma mobilização em disputas políticas: um agente *politiza* quando empreende um esforço para requalificar um aspecto da realidade que não estava sendo considerado por uma ordem política, com o objetivo da sua transformação.

O meio ambiente é um aspecto da realidade passível de ser objeto deste trabalho de mobilização política. Uma árvore na calçada pode ser apenas um elemento descartável da paisagem, à espera do momento de ser cortada para o alargamento de uma nova avenida. Mas esta mesma árvore, requalificada, pode ser entendida como um ser vivo digno, com direitos e garantias, essencial como hábitat para outros seres vivos além de necessário para a manutenção do ecossistema terrestre – o que exigiria do poder público não apenas o abandono da ideia da nova avenida como o esforço máximo para o seu cuidado e proteção. Como, em última instância, tudo é meio ambiente, os seus componentes se tornam interessantes para se integrarem às disputas políticas.

Uma politização ambiental, portanto, é um processo em que agentes – por meio de um intenso trabalho de mobilização – buscam requalificar o entendimento de componentes do meio ambiente, com vista a integrá-los em uma determinada disputa política. Trata-se de os colocar sob apreciação moral e valorizar aspectos que são percebidos como à margem de uma ordem política, exigindo-lhes o seu tratamento adequado. É, por conseguinte, um desafio ao Estado: um apelo à transformação de como se regula e se garante oficialmente a parcela do meio ambiente colocado em questão.

A mobilização política do meio ambiente contém o seu potencial de eficácia na medida em que permite a sua formulação como algo à parte da disputa dos partidos que concorrem ao parlamento. É comum grupos ambientais se apresentarem como “não partidários” (ou mesmo “contra os partidos”), “independentes” ou “autônomos”. Uma agenda ambiental permite que os interesses de um grupo sejam construídos e divulgados como algo acima ou para além da “política”, em tentativa de ampliar a adesão de proposições que são apresentadas de modo geral e desinteressado, como um trabalho por procuração para o bem-estar coletivo e de todas as espécies.

Como demanda um trabalho intenso de mobilização, há necessidade de uma organização política para este trabalho, em se incluem os movimentos sociais. Sob as mais variadas

características e graus de institucionalização, os movimentos sociais são constituídos por um grupo de pessoas que se unem em torno de objetivos em comum, construído a partir de interesses ou necessidades particulares. A ação sustentada do grupo – baseada na construção de uma identidade coletiva, nas oportunidades políticas disponíveis, no repertório de ação utilizado, nos quadros interpretativos da realidade e nas redes em que inserem – desenvolve um processo ao longo do tempo, que incentiva um maior ou menor engajamento militante, na adequação das esferas de vida pessoais.

A pesquisa adota como objeto empírico a região extremo-sul da cidade de Porto Alegre, onde ocorre disputa política que mobiliza a agenda ambiental como forma de reação à aceleração do processo de urbanização da área. Em particular, toma-se como referência o bairro Belém Novo, distante 25 quilômetros no centro da cidade, um local que possui uma história social particular. O bairro é pouco visível e pouco frequentado pelos moradores das regiões centrais da cidade, mas recebe atenção a partir da notícia em 2015 da iniciativa de construção de um empreendimento imobiliário de grande porte em parte significativa da área do bairro. Desde então, a reação ao empreendimento é protagonizada pelo movimento social Preserva Belém Novo, que se coloca como um representante da disputa na região, com base em trabalho intenso na construção de uma causa ambiental.

O processo de politização ambiental, especialmente quando observado em uma região periférica e sem visibilidade, provoca lógicas próprias de engajamento e ativismo. A pesquisa se interessa, portanto, em investigar quais as condições sociais, políticas e culturais de possibilidade da construção da causa ambiental a partir de um contexto específico e realizado por agentes que não possuíam uma *expertise* de conhecimento ambiental, mas que passaram a se integrar a uma rede consolidada de ativismo ambiental na cidade de Porto Alegre. Quando o meio ambiente é colocado em movimento, ele também age e transforma o próprio grupo e produz efeitos diversos nas relações entre redes políticas estruturadas de forma mais duradoura na sociedade.

Para a construção de dados, foram utilizadas observações diretas e entrevistas em profundidade no período de agosto de 2021 a julho de 2023¹. Realizou-se uma série de incursões presenciais no campo para perceber a dinâmica própria do bairro, com o recurso das interações pessoais conforme às medidas sanitárias referentes à Pandemia de Covid-19 permitiram, sobretudo a partir do começo da aplicação da vacina no final de 2021.

¹ Após o período de observações e entrevistas, seguiu-se o trabalho de campo com interações e registro de notícias veiculadas.

A dissertação se estrutura em quatro capítulos. Primeiro, há uma exposição do referencial teórico-metodológico no qual se baseia a pesquisa. Parte-se da definição da realidade social como um espaço de disputa, em que a política lhe é uma dimensão fundamental. Mobiliza-se os campos de estudos da Sociologia dos Movimentos Sociais, da Sociologia do Engajamento Militante e da Sociologia Política das Instituições para abordar o processo de Politização, objeto teórico da pesquisa. Também são explicitadas as condições de possibilidade da própria pesquisa e os procedimentos metodológicos tomados para a abordagem do campo empírico.

Segundo, há a descrição do espaço social analisado, a fim de delinear o panorama e o contexto histórico em que se dá a disputa. A região extremo-sul da cidade de Porto Alegre e o bairro do Belém Novo em particular não contam com ampla disponibilidade de registros bibliográficos - o que espelha, em certa medida, a relativa escassez da produção de registro e reflexão histórica da própria cidade. Um trabalho de reconstrução histórica que situe as dinâmicas e particularidades da região é algo que se fez necessário para compreender as disputas envolvidas e a reflexão sociológica.

Terceiro, uma seção em que se analisa o movimento Preserva Belém Novo, grupo que mobiliza a agenda ambiental na região. O grupo se formou em 2014 e protagoniza desde então um confronto com o poder público em defesa de uma visão para o bairro, opondo-se a uma agenda de urbanização para a região por meio da construção de condomínios destinados a classes altas da sociedade. Analisa-se as características do grupo e como constroem uma causa ambiental, em processo de politização do meio ambiente.

Quarto, avaliam-se os resultados do processo desencadeado e refletem-se aspectos da disputa discutem-se os elementos levantados pelas seções anteriores. São abordadas questões a respeito do processo e dos resultados do movimento, com quais os êxitos obtidos na tentativa de legitimar a causa e os efeitos na disputa política. Por fim há uma conclusão com as reflexões finais do trabalho de pesquisa.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O objetivo da pesquisa foi investigar o processo de politização do meio ambiente, a partir de uma disputa na região extremo-sul de Porto Alegre mobilizada por um movimento social. Considerou-se a política como uma dimensão do mundo social que não se reduz aos espaços oficialmente reconhecidos como “políticos” (SEIDI, GRILL, 2013, p.8) e se abriu a pesquisa para as contribuições de outras áreas. Em especial, tomou-se como ponto de partida a verificação de quais foram as condições sociais, políticas e culturais de possibilidade que habilitaram a mobilização de grupos e desencadearam processos políticos (OLIVEIRA, 2013, p.153), em atenção às questões que se desenvolveram a partir do contato e do trabalho com o campo.

1.1 A luta pela definição da realidade

A realidade social é o resultado da luta de agentes sociais que disputam entre si o poder de sua representação e transformação. Trata-se de luta política, em que cada agente busca fazer prevalecer a sua visão de mundo aos demais e obter a melhor realização de seus interesses, os quais também são condicionados a partir das representações dominantes na sociedade. A predominância de uma representação, por conseguinte, estrutura as condições de manutenção de uma ordem política e possui força de ação e transformação objetiva da realidade.

A sociologia da dominação de Max Weber (2015) sustenta a interpretação da política como uma dimensão da sociedade, com base no poder, que se refere à possibilidade de impor sua vontade, e na dominação, na probabilidade de encontrar obediência. A partir do predomínio da dominação racional e o monopólio da violência legítima pelo Estado, este se torna um árbitro que oficializa determinada interpretação da realidade e desautoriza as outras, o que exige dos enunciadores um esforço para convencer da adequação e legitimidade de sua visão ao maior número possível de pessoas ou pelo menos fazer parecer que é esta a visão da maioria. Esta luta é de natureza essencialmente simbólica, de modo que a política, como diz Patrick Champagne (1998, p.23), é uma luta simbólica na qual cada ator político procura monopolizar a palavra pública ou, pelo menos, fazer triunfar sua visão de mundo e impô-la como a visão correta ou verdadeira ao maior número de pessoas que são econômica e culturalmente desfavorecidos.

A conformação de interpretações da realidade engendra uma ordem política, que é estruturada por princípios diferenciação social. Pierre Bourdieu (1989) os identifica como princípios de divisão que classificam e hierarquizam a sociedade, que possuem tanto mais êxito

na sua consolidação quanto mais são percebidos como algo “natural”, quando obtém sucesso em ocultar os interesses na sustentação da ordem estabelecida. Em verdade, estes princípios são fruto de intenso trabalho social desempenhado por agentes interessados nesta ordenação e que se esforçam em omitir esta operação, através da sua legitimação por meios como a mídia, a ciência e o judiciário. Uma ordem política é, portanto, uma ordem mental (CHAMPAGNE, 1998, p.24), em que as representações sociais existem objetivamente na realidade a partir da sua incorporação em cada agente da sociedade.

Elemento chave da consolidação dos princípios ordenadores da sociedade, como destaca Rémi Lenoir (1993), é o papel desempenhado pela ciência, que os legitima, e pelo direito, que os consagram como a representação oficial da realidade. As demandas de movimentos sociais, por conseguinte, surgem como dispersas e isoladas, sendo pouco visíveis ao conjunto da sociedade que podem não considerar legítimas, justas ou dignas de atenção. É o reconhecimento oficial do Estado que as tornam fortes e visíveis, dando-lhes um tratamento adequado e urgente. Em busca deste tratamento adequado de seus interesses é que grupos se esforçam para serem vistos e terem suas demandas reconhecidas pelo maior número de pessoas, ampliando as possibilidades de sustentar um enfrentamento às definições do estado que lhes são desfavoráveis.

1.2 Movimentos sociais e engajamento militante

Um movimento social é uma forma de organização que possibilita o trabalho político para a disputa da representação da realidade. Nesta organização coletiva, um conjunto de agentes sociais se associa para confrontar uma representação social dominante, em desafio ao poder público, que legitima e garante a prevalência desta representação e seus efeitos objetivos na realidade. Por ser um desafio, participar de um movimento social é uma atividade que envolve riscos e requer investimento dos agentes, que participam por ver sentido – conforme seus interesses e disposições pessoais – em se integrar a um grupo e participar do esforço de um trabalho coletivo.

Sidney Tarrow (2009) aponta que o movimento social é uma modalidade de confronto político (*contentious politics*) que promove uma interação sustentada com seus opositores e que apresenta quatro características principais. Primeiro, o confronto é desencadeado a partir de incentivos proporcionados pela mudança em um quadro de oportunidades e restrições políticas, que fazem reduzir os riscos da ação coletiva ou causar a percepção de ameaça aos interesses

dos agentes². Segundo, a ação ocorre por meio de repertórios de confronto, formas conhecidas de ação que são usadas ou inovadas pelos manifestantes³. Terceiro, o movimento demanda uma mobilização simbólica que represente os interesses da ação do grupo e promova a mobilização – incluindo formas de se vestir ou de falar –, situada a partir de um quadro interpretativo da realidade que reduza a complexidade da realidade social⁴. Quarto, o grupo precisa sustentar sua ação a partir de uma estrutura de mobilização, em que ganham importância as redes sociais nas quais se relacionam e se inserem⁵.

A ação coletiva em um movimento social, por ser uma interação sustentada, pressupõe um engajamento militante do agente. Uma ação engajada é toda forma de participação duradoura em um grupo que vise à defesa ou à promoção de uma causa (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p.201), que requer o investimento pessoal de tempo e mobilização de recursos próprios disponíveis. Por ser duradoura, esta participação – que vai, portanto, além de se estar em um protesto ou assinar uma petição – impõe que o agente dependa de condições sociais para que possa se engajar nesta ação, com especial ênfase aos recursos econômicos e culturais (BOURDIEU, 1989), que lhe permitem ter tempo livre e capital cultural disponível para o investimento na ação que lhe faz sentido ser realizada.

A manutenção do *engajamento militante* de um indivíduo – que demanda o contínuo alinhamento das suas outras esferas de vida – pode ser avaliada a partir da noção de retribuições à militância (GAXIE, 2005), identificando-se elementos materiais, simbólicos, afetivos ou emocionais que retroalimentam a participação no grupo e o que faz compensar, justificando-se

² A participação em uma ação coletiva envolve riscos e investimentos que precisam ser avaliados individualmente. Como situa Alonso (2009) em referência à Teoria do Processo Político, um incentivo para a ação é quando há uma mudança na estrutura das oportunidades, em que se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da “política”, nas suas dimensões formais e informais.

³ *Repertório* é um conceito de Charles Tilly que passou por desenvolvimentos ao longo de sua obra (ALONSO, 2012). O *repertório* é um conjunto limitado e historicamente situado de formas de ação política disponíveis para os agentes. Essas formas se constituem como fórmulas que permitem a interação em um conflito, sendo compreendida e entendida por seus apoiadores e opositores e permitindo alguma possibilidade de eficácia. Dentro das formas definidas historicamente, um grupo pode inventar variações e exercer a criatividade de modo restrito aos limites dessas formas. Conforme Alonso (2012), nos últimos anos Tilly abriria mais espaço para este lado interativo e criativo do repertório, sob influência do *interacionismo simbólico*.

⁴ O conceito de *quadro interpretativo*, ou *framing*, é tributário de Goffman (2012), sendo aproveitado em desenvolvimentos mais recentes da Teoria do processo político. No âmbito dos movimentos sociais, o *framing* é uma redução que o grupo realiza da realidade social, de modo a tornar operacional, em uma ação que envolve a construção de um “nós” e um “eles”, definindo as interações da disputa.

⁵ As estruturas organizativas por meio de redes auxiliam na redução dos custos da ação coletiva (TARROW, 2009). A rede visa ser um caminho para um dilema nas organizações de ação política coletiva: se a direção incorpora a base, ela perde capacidade de ruptura; se, ao contrário, ela se distancia da base, ela perde a infraestrutura de ação necessária. A rede é a forma de um grupo poder ser “pequeno” – sem uma base expressiva – mas com alcance ampliado, por sua conexão com outros pequenos grupos, que podem se apoiar mutuamente, embora sob constante negociação da coincidência de seus interesses.

os custos, riscos, sacrifícios, investimentos e renúncias dos indivíduos ao engajamento. É a partir dessa noção que se considera o interesse na participação de modo diverso que uma explicação oferecida com base na teoria da ação racional: ao invés de um indivíduo “calculador”, que avalia os ganhos a serem obtidos para a realização de sua ação, as retribuições da militância não são necessariamente decorrentes de tal avaliação, com a tendência de serem “descobertas” durante a sua participação e não avaliadas previamente (RUSKOWSKI, SILVA, 2016, p.208).

Além das retribuições, a experiência de participação engajada em um movimento social proporciona ao indivíduo um acúmulo de capital militante que pode trazer vantagens ao participante. Segundo Matonti e Poupeau (2006), o capital militante é um conjunto de saberes e *savoir-faires* mobilizáveis em ações coletivas, que se incorporam no indivíduo sob a forma de técnicas, de disposições a agir, intervir ou simplesmente obedecer (MATONTI; POUPEAU, 2006, p.130). É uma espécie de capital que se diferencia da noção de capital político, este sendo um tipo de capital simbólico que se refere à ideia de um crédito acumulado por especialistas da política e que se ligam a outros recursos biográficos, como origem familiar e condição financeira. O capital militante é algo que se adquire na prática da ação coletiva – como saber fazer intervenções em reuniões, redigir atas, trejeitos corporais, postura em negociações, entre muitas outras possibilidades – e que pode ser conversível em outras esferas da vida, como vantagens em sua profissão. Na perspectiva do movimento social, contar com integrantes que possuam capital militante acumulado de outros grupos políticos podem conferir vantagens organizativas que ampliem a perspectiva de sua atuação.

1.3 Politização e ambientalismo no Brasil

Politização é um processo social que se caracteriza por uma tentativa de transgressão da ordem política por parte de agentes sociais que visam requalificar os termos em disputa. Conforme aponta Jacques Lagroye (2017, p.18), um processo de politização coloca um problema de legitimidade, em que um objeto é posto sob apreciação moral por agentes que se inclinam, por diversas razões, a questionar a definição de um espaço social. O meio ambiente, como objeto construído e ressaltado do conjunto da realidade, é um elemento possível de ser *politizado* e ampliar a visibilidade de uma ação social. Seguindo esta perspectiva, a categoria *politização* não é normativa, mas analítica: decorre do processo em que as lutas e disputas pela definição da realidade se inserem, em que a “entrada no político” de temas, práticas, gestos, condutas é realizada como forma de dar mais eficácia e visibilidade à uma ação (LAGROYE,

2017). A configuração de uma ordem política é o resultado de uma disputa política, o que desfavorece um ganho explicativo caso a politização seja tomada normativamente.

Em situações periféricas às democracias ocidentais, como no Brasil, uma *ordem política* contém um referencial ainda menos estável do que é o considerado o “político”. Como aponta Odaci Luiz Coradini (2017), referenciando a obra de Badie e Hermet (1993) e Badie (1994), aponta que na periferia a “política” tem um peso maior na estrutura de posições e acesso a recursos sociais. Isso ocorre pelo menor peso do referencial dos processos eleitorais e agenda política institucional, gerando a necessidade de se investigar as condições de enunciação e os universos sociais que as respaldam. O processo de politização, portanto, tende a se acentuar, inscrevendo-se em lógicas de ação que se diferenciam dos centros ocidentais (CORADINI, 2013, p.49).

No Brasil, a mobilização política do meio ambiente se mostrou uma pauta que poderia ser agenciada em meio a um contexto repressivo do Estado. Em 1964 houve um golpe de estado no país acarretou uma ditadura militar que perdurou até os anos 1980, de modo que o regime político de mais de duas décadas se caracterizou por intensa repressão aos questionadores do regime e de suas iniciativas políticas. As incipientes mobilizações em defesa do meio ambiente – como reflexo do surgimento de movimentos ambientais nos países desenvolvidos – não foram, contudo, os alvos preferenciais desta repressão: como afirma Wilson de Oliveira (2008), a defesa do meio ambiente não era vista como ameaça ao regime político, cuja conteúdo da mensagem difundida seria supostamente difícil para a população decifrar. A possibilidade de existência de tais movimentos, portanto, fez adquirir um aspecto de vanguarda política que era tolerada pelo Estado.

A cidade de Porto Alegre foi pioneira na organização de movimentos ambientais no Brasil, local onde se originou em 1971 a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), contando com a participação de integrantes com origem social elevada e inserção profissional internacional. Em 1972, mesmo ano da conferência da ONU em Estocolmo sobre o meio ambiente⁶, houve em Porto Alegre o caso símbolo da instalação de uma fábrica de celulose à beira do Lago Guaíba, que instantaneamente fez sentir os efeitos da poluição na qualidade da água e do ar na população. Com a participação de grupos ambientais e outros agentes da sociedade, a fábrica foi interditada já no ano seguinte em 1973 e sendo

⁶ *United Nations Conference on the Human Environment*, realizada entre os dias 5 e 16 de junho em Estocolmo, Suécia. Esta é amplamente apontada como um ponto de virada para a consolidação de uma “questão ambiental”, iniciando uma agenda política que seria tratada a partir de então tanto entre os movimentos sociais como pelos governos dos países.

colocada ao debate para reformulação das suas atividades de um modo menos poluente, mas se tornando um símbolo de sucesso da defesa do meio ambiente e projetando a atuação de grupos porto-alegrenses como a AGAPAN.

A partir da redemocratização do país nos anos 1980, houve um aumento expressivo de organização de causas ambientais, diversificando as pautas demandadas e a origem social de seus participantes. Pelo fato de uma “causa ambiental” ser flexível para adequação e articulação com outras demandas políticas, ela tem o potencial de reforçar ou redefinir os termos de uma disputa política já estabelecida – colocando em primeiro plano uma *questão ambiental* que se combina e serve como sustentação da realização de outros interesses.

1.4 Condições da pesquisa e procedimentos metodológicos

A pesquisa destacou como *objeto teórico* o processo de politização do meio ambiente e contou com um trabalho de *campo* na região extremo-sul da cidade de Porto Alegre. Partiu-se do interesse na atuação de movimentos sociais na defesa do meio ambiente na local – uma região afastada e desconhecida da maioria dos habitantes de Porto Alegre, além de ser percebida como uma área “rural” em processo de urbanização. A mobilização no bairro Belém Novo em reação à essa expansão urbana, contudo, é uma ação que conseguiu atingir alguma visibilidade por meio de denúncias em redes sociais nas plataformas digitais e por matérias jornalísticas em periódicos da cidade, integrando-se a uma agenda de oposição política à atual gestão da cidade. O campo, portanto, se direcionou para a história e dinâmicas específicas daquele bairro, com atenção à dinâmica de toda a região.

O pesquisador passou a residir no extremo-sul de Porto Alegre em março de 2020, em decorrência das medidas sanitárias impostas pela Pandemia de COVID-19 que se iniciaram no mesmo mês. Até então, possuía escasso conhecimento da região, o que permitiu refletir duplamente a tensão entre o que lhe era familiar e o que lhe era estranho com o campo da pesquisa (BEAUD; WEBER, 2007), modulando os seus efeitos de distanciamento – por estar residindo próximo – e de desambientação – por ser um local desconhecido. Da mesma forma que a relação com campo, o tema da *luta ambiental* nunca havia sido objeto de interesse direto do pesquisador, mas sempre esteve próximo na medida em que se conectavam com outros assuntos pesquisados ou trabalhados em atividades de extensão universitária⁷. O interesse de explorar este tema “próximo e distante” foi um incentivador da pesquisa.

⁷ O pesquisador atuou por dez anos (2007-2017) no Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), programa de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante sua graduação em Direito e os

Desenvolvida durante o curso de mestrado a partir de abril de 2021, a pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por 1 ano e 3 meses – de janeiro de 2022 a março de 2023 – período em que se realizou a maior parte da construção de dados. O ano de 2021, portanto, impôs não apenas a dificuldade da falta de financiamento como o obstáculo das restrições sanitárias decorrentes da Pandemia, que recomendavam a quarentena individual e o isolamento social. À medida que estas restrições arrefeceram e permitiram o trabalho de campo⁸, a pesquisa passou a contar com observações diretas, entrevistas e interações pessoais.

Para a construção de dados, predominaram os instrumentos qualitativos da observação e entrevista. Foram acompanhadas e registradas em um diário de campo 16 atividades relacionadas à disputa da área da Fazenda do Arado no bairro Belém Novo, atividades de movimentos sociais em mobilizam o meio ambiente em Porto Alegre e atividades que colocavam em discussão a dinâmica dos processos de urbanização da cidade (*Tabela 1*). Em todas essas atividades presenciais, foram registradas interações pessoais que se somaram a nove entrevistas realizadas por meio de gravação de áudio⁹. As interações pessoais também desempenharam um papel complementar para se reconstruir a história social da região por meio da memória oral e conhecimento dos moradores¹⁰.

anos posteriores. Foi coordenador discente do SAJU em 2011-2012 e teve foco na atuação comunitária, com assessorias a regularização fundiária e organização de associações de moradores e cooperativas, em particular por meio do Grupo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (GAJUP), um dos grupos do SAJU. No seu mestrado em direito, pesquisou as ocupações urbanas por moradia em Porto Alegre (NUNES, 2018).

⁸ A disponibilidade da vacina contra COVID-19 foi a principal medida sanitária que viabilizou a saída para o campo. O pesquisador se vacinou em 02/07/2021 (1ª dose), 08/10/2021 (2ª dose) e 07/04/2022 (reforço).

⁹ Além das interações nas atividades, foram realizadas incursões de campo no bairro Belém Novo. O pesquisador se deslocava ao bairro de bicicleta – cerca de 5 quilômetros de distância – e buscava interações com os prestadores de serviço locais.

¹⁰ O método da memória oral foi utilizado pelo projeto *Memórias dos Bairros* realizado em 2000 pela Prefeitura de Porto Alegre (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000). A partir dos relatos registrados na publicação referente ao bairro Belém Novo, pode-se basear informações e refazer parte dos depoimentos dos entrevistados para esta pesquisa.

Tabela 1 – Lista de atividades acompanhadas pela pesquisa

Data	Nome da Atividade	Organizador
12 e 13/08/2021	Audiência Pública da Proposta Urbanística do Arado (duas sessões)	<i>Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre</i>
21/11/2021	1ª Caminhada Socioambiental do Bairro Belém Novo	<i>Preserva Belém Novo</i>
07/11/2021	Ato em defesa da Praia de Copacabana	<i>Preserva Belém Novo</i>
25/11/2021	Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente	<i>Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre</i>
25/11/2021	Audiência Pública da Fazenda do Arado	<i>Câmara de Vereadores de Porto Alegre</i>
06/04/2022	Seminário: O Guaíba à margem da Lei	<i>Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGÁ) e Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH)</i>
05/06/2022	Evento pelo Dia Mundial do Meio Ambiente	<i>Associação dos Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (APCEF-RS), em conjuntos com entidades ambientais</i>
19/06/2022	Ato em Defesa da Vida, Justiça para Bruno Pereira e Dom Philips e todos os defensores da manifestação de vida que foram assassinados	<i>GREENPEACE; Preserva Belém Novo; Preserva Zona Sul; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Laudato Si; Pastoral da Ecologia; Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN); Fundação GAIA Legado Lutzemberger; Mães e Pais pela Democracia.</i>
18 e 19/08/2022	Seminário: Reforma Urbana e Direito à Cidade	<i>Observatório das Metrópoles Núcleo Porto Alegre</i>
23/09/2022	Ato Greve Global pelo Clima	<i>Eco Pelo Clima (núcleo estadual do movimento Fridays for Future Brasil)</i>
09/10/2022	Mateada em Belém Novo: Romaria das Águas 2022	<i>Preserva Belém Novo</i>
19/11/2022	2ª Caminhada Socioambiental do Bairro Belém Novo	<i>Preserva Belém Novo</i>
23/01/2023	Afinal a quem pertence os parques públicos? (oficina do Fórum Social Mundial)	<i>Preserva Redenção</i>
25/01/2023	Marcha do Fórum Social Mundial	<i>Comitê facilitador do Fórum Social Mundial 2023 Porto Alegre 2023</i>
29/01/2023	Caminhada no Parque Marinha	<i>Preserva Marinha</i>
26/03/2023	Belém Novo em transformação: Memória viva de um bairro – Exposição de fotos e documentos, bate-papo sobre atuação da cidadania nos rumos da cidade	<i>Preserva Belém Novo</i>
08 e 15/08/2023	Seminário Jornalismo e ativismo ambiental: Avanços e limites na defesa do ambiente natural	<i>Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN)</i>

2 PORTO ALEGRE E HISTÓRIA SOCIAL DO BELÉM NOVO NO EXTREMO-SUL DA CIDADE

Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, o estado mais ao sul do Brasil. Segundo o último censo realizado no país em 2010 e estimativas posteriores, a cidade possui hoje cerca de um milhão e meio de habitantes, com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,805, um nível de vida elevado, embora seja marcada por grandes desigualdades sociais como ocorre em todas as grandes capitais do país. Porto Alegre é conhecida nos estudos de Ciência Política especialmente pela experiência do Orçamento Participativo implementada pela administração municipal a partir de 1989 – ainda que alternâncias de governo o tenham fragilizado ao longo das décadas – e pela realização de sucessivas edições do Fórum Social Mundial a partir de 2001.

A história de Porto Alegre possui registro relativamente escasso. Escreve o historiador Sérgio da Costa Franco (2006, p.5) que a bibliografia histórica sobre Porto Alegre, examinada em seu conjunto, se “apresenta iterativa, com os autores repetindo-se uns aos outros, sem muita preocupação crítica” e que se percebe a “escassez da bibliografia histórica da cidade”¹¹. Uma explicação para essa percepção se explica pela condição periférica da região onde se encontra no país, a qual só de modo tardio despertou interesse pela sua colonização por parte dos europeus e a integração às suas colônias.

Somada à percepção de escassez da historiografia de Porto Alegre, essa percepção – agora tomada pelo autor desta pesquisa – é a da quase total falta de registros escritos da história da região extremo-sul da cidade. Não é raro que a consulta a livros de história da cidade faça-se sentir a ausência completa de referências à região sul da cidade, de modo que é preciso recorrer a registros de depoimentos orais ou a produção de novos depoimentos¹². Neste esforço de reconstrução da história do extremo-sul de Porto Alegre – e do bairro Belém Novo em particular – é que se busca situar o espaço social para se compreender a produção específica pela definição da localidade.

A história da região do Belém Novo se relaciona com a colonização portuguesa na faixa litorânea do sul do Brasil, mobilizada a partir do século XVIII. Situado na região de Porto

¹¹ Um exemplo ao qual o autor se refere pode ser encontrado em afirmações desse tipo, sobre a colonização da cidade: “Segundo a tradição, sessenta casais açorianos que tinham vindo para povoar a zona das Missões foram ‘arranchados’ provisoriamente na ponta da península. Com o passar do tempo, a área cresceu e tornou-se o embrião de uma pequena comunidade” (Pesavento, 1991)

¹² Os livros consultados para este capítulo, com efeito, parecem acolher essas observações. Citam-se aqui as obras consultadas de Sérgio da Costa Franco (2000; 2006), de Francisco Riopardense de Macedo (1973; 1982; 1993; 1999), o organizado por Sandra Jatahy Pesavento (1991) e a publicação sobre o bairro Belém Novo repleta de relatos orais, organizada por Marcelus Cruz, Érico Fernandez e Rodrigo Gomes (2000).

Alegre, a freguesia do Belém Novo se formou mais de um século após a fundação da cidade, sendo uma característica constante o seu caráter de afastamento territorial de suas áreas centrais, tendo mantido sempre uma predominância de características rurais e periféricas, na relação com a economia da região. A partir dos anos 1930, o povoado vive uma “era dourada”, em que passa ser o destino de férias da elite política porto-alegrense, condição que se perde gradativamente e dura cerca de três décadas, entrando em forte decadência a partir dos anos 1970, quando perde o antigo *status* e é relegado à condição de periferia.

Desde a sua adoção como destino turístico, o bairro se divide entre os “moradores” – descendentes da fundação do povoado – e os “veranistas” – pessoas que passam as férias no local, visitam-no esporadicamente ou optaram pelo bairro como moradia, em geral com maior capital econômico e cultural em relação aos “moradores”. Esta divisão ganha repercussão em diversos aspectos na sua vida social, podendo assumir outras formas, como os “nativos” e os “de fora”, ou os de “família” e os “forasteiros”, o que será mencionado nesta seção e na parte seguinte desta apresentação, referente ao movimento Preserva Belém Novo¹³.

2.1 Colonização do sul do Brasil e a chegada ao sul de Porto Alegre

Distante da administração colonial portuguesa e dos recursos naturais que interessavam aos colonizadores europeus, a área que corresponde hoje ao Rio Grande do Sul do Brasil era habitada até o século XVIII basicamente por população indígena, com os guaranis assentados em locais próximos aos rios, lagos e morros de baixa altitude; os caingangues, assentados em morros altos; e os minuanos charruas, que buscavam os campos abertos. A colonização do sul do continente por parte dos portugueses teve como marco decisivo a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, às margens do Rio da Prata, o que desencadeou uma série de conflitos territoriais com o Império da Espanha presente na outra margem com seu grande porto de Buenos Aires. Esta disputa motivou Portugal a incentivar o povoamento do sul de sua colônia, expandindo os limites de seu território demarcados pelos tratados internacionais com a finalidade de conectar o seu território com a sua nova ambição ao sul.

As principais medidas políticas portuguesas foram a fundação do forte de Rio Grande em 1737, a fim de intermediar o caminho pelo mar, e a formação de uma nova rota para as

¹³ Muitas dessas divisões no bairro remetem ao critério do *tempo* em que cada morador reside no bairro, não havendo necessariamente uma distinção socioeconômica – o que lembra às conclusões das análises empreendidas por Norbert Elias e John Scotson, em “Os estabelecidos e os outsiders” (2000). Neste caso, o *tempo* pode ser uma categoria mais importante que a *classe* a qual um indivíduo pertence na comunidade.

estradas dos tropeiros, com o intuito de intermediar o caminho por terra, estendendo-se a estrada que ia até o sul de Santa Catarina. A nova estrada dos tropeiros chegou na região próxima à Porto Alegre em 1736, assentando os chamados Campos de Viamão, com a atividade ligada à pecuária, em abastecimento da produção de carne do Império. O local progressivamente cresce em importância, na medida em que a região do forte de Rio Grande é sucessivamente atacada pelos espanhóis, motivando a criação de um porto para os campos de Viamão em 1752 com o envio de imigrantes portugueses da Ilha dos Açores; este porto se consolida e em 1772 é fundada como capital a cidade de Porto Alegre (Porto dos Casais), centralizando a administração do sul do Império. Organizando-se como um porto fluvial às margens do Lago Guaíba, a cidade buscava dar unidade local às terras do entorno, que foram distribuídas pelos portugueses no formato do sistema de sesmarias, assim como os agrupamentos sociais (vilas e freguesias) que se formariam junto à essas terras, espalhadas demograficamente pela região.

Figura 1 – Vista aérea do Lago Guaíba e a cidade de Porto Alegre



Fonte: Instituto Humanitas Unisinos

A cidade de Porto Alegre se constituiu como um porto fluvial em 1752, alçada à capital da então província em 1772 por sua condição estratégica situada à beira do Lago Guaíba – um lago com conexões para rios que adentram o continente, além de se conectar à Lagoa dos Patos,

que lhe dá saída ao Oceano Atlântico¹⁴. A característica de comércio fluvial em torno da capital e da província é mantida e de tendência crescente ao longo do século XIX, inserindo-se já em contexto do Brasil independente pós 1822.

2.2 A formação de Belém Novo: em busca do comércio fluvial

A formação da região do Belém Novo é ligada ao comerciante Ignácio Antônio da Silva¹⁵, relacionado ao transporte fluvial. Sendo dono de barcos para transporte de carga e possuidor de grandes recursos financeiros, Ignácio compra em 1865 as terras da região do Belém Novo, situadas na margem do Guaíba e que integravam a rota comercial em que atuava na Lagoa dos Patos, visando estabelecer fazendas e o transporte de suas produções. Além disso, as terras ofereceriam a possibilidade de se construir um porto no extremo-sul de Porto Alegre para escoamento da produção de outras fazendas assentadas na região.

Figura 2 – Visão panorâmica da região do Belém Novo



Fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre (1998)

¹⁴ O Guaíba é um corpo hídrico com uma formação geológica peculiar e a sua definição é alvo de disputa. Tradicionalmente, este corpo hídrico é chamado de Rio Guaíba, sendo assim chamado pela maioria dos habitantes da cidade, embora sua definição oficial tenha sido posteriormente alterada para Lago Guaíba. Há registros históricos que o tratam tanto como um lago quanto como um rio. Há quem defenda outras definições, como, por exemplo, um estuário.

¹⁵ A praça central do bairro, hoje, se chama Praça Ignácio Antônio da Silva.

Figura 3 – Visão panorâmica da região do Belém Novo em ângulo reverso



Fonte: Foto de Luciano Pandolfo/Smamus PMPA

Contemporânea à movimentação de Ignácio, há a crise econômica da localidade então chamada de Belém, situada em uma região alta e distante da margem do Guaíba, dentro da cidade de Porto Alegre, que viria a ser chamada de Belém Velho. A produção agrícola e pecuária do Belém Velho, por contar apenas por ligação terrestre, destinava-se exclusivamente ao mercado de Porto Alegre, havendo o interesse dos habitantes em estar mais próximo ao rio Guaíba e conseguir escoar sua produção para outras localidades, via transporte fluvial. Formalizam a sua intenção junto ao poder público em 1867, que negocia junto a Ignácio Antônio da Silva a possibilidade de contar com parte de suas novas terras.

Ignácio então “doa” parte de suas terras ao poder público, para que assentassem uma nova vila, composta por moradores de Belém Velho. Apesar da doação, a efetivação do assentamento dura cerca de 13 anos (1867-1880), o que indica uma possível negociação duradoura entre o poder público e Ignácio. Entre os seus possíveis interesses em “doar” terras, estão o investimento de dinheiro público no povoado, que poderia valorizar suas terras com infraestrutura, fornecimento de mão-de-obra com os novos moradores, além de contatos e importância política, havendo o registro de Ignácio Antônio da Silva como vereador de Porto Alegre, no período de 1883-1886.

O Belém Novo foi “inaugurado” em 1880. Notícias de jornal da época anunciaram que navios sairiam do porto no centro de Porto Alegre pela manhã (7 horas) em direção ao Belém Novo, com volta prevista para o final da tarde (18 horas). O motivo principal seria a inauguração

de parte da Igreja do Belém Novo¹⁶, incentivando festividades em que se anunciavam comes (“bons fiambres”) e bebes (“profusão de finos líquidos”), além de atrações musicais (“excelente banda de música da capital”).

2.3 Uma nova Integração ao centro da capital

Nos primeiros anos do “arraial”, a constituição social do povoado era composta por pequenas fazendas (“fazendolas”), que produziam alimentos diversificados e eram relativamente autossuficientes, motivando um espírito de cooperação entre os moradores, com o excedente da produção sendo transportado por barcos no rio Guaíba, conectando a vila com o centro de Porto Alegre e outras regiões. O estilo agrário, de pequena produção, rapidamente sofreria uma primeira transformação com a conversão do Brasil em República – no nível nacional – e, especialmente, com a chegada ao poder em 1889 do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)¹⁷ – no nível local –, que passou a determinar paulatinamente um novo tipo de integração da região com o centro da capital.

O programa do PRR, fortemente influenciado pelo positivismo filosófico e buscando seu apoio nas classes médias urbanas, impunha um drástico processo de transformação social, a partir dos imperativos da modernização e da urbanização, visando a rápida industrialização do Rio Grande do Sul e a inserção de Porto Alegre como centro de distribuição de produtos e mercado consumidor. A implementação deste processo, colocado sob viés centralizador e autoritário, decorreria em um largo período em Porto Alegre e no estado do Rio Grande do Sul, sendo dirigidos pelo mesmo grupo político de 1893 até o fim do Estado Novo em 1945. Este processo de rápida urbanização impôs à Belém Novo a condição de fornecedor de matéria-prima, em especial a de materiais de construção, aproveitando a estrutura das fazendas da região que contavam com olarias e atafonas para a fabricação de telhas e tijolos, além do fornecimento

¹⁶ Seria concluída em 1885. Quase todos os relatos históricos de moradores ressaltam a importância da Igreja, na transferência de Belém Velho para o Belém Novo. Logo após a petição dos moradores de Belém Velho, há o sempre lembrado episódio da rachadura do teto da Igreja, que teria motivado a transferência da Imagem da Santa para uma nova Igreja agora situada no Belém Novo – narrativa popular e quase “mítica” da fundação de Belém Novo. A esta questão se soma a “disputa das santas”, em que moradores que ficaram no Belém Velho foram a cavalo resgatar a santa no Belém Novo, e vice-versa, sendo trazida de volta, havendo uma disputa constante de onde ela deveria ficar. A santa, efetivamente, ficou em Belém Novo, fato que ainda hoje é contestado pela paróquia de Belém Velho.

¹⁷ O Partido Republicano Rio-Grandense assume a prefeitura de Porto Alegre em 1889, posteriormente governando a capital e o estado do Rio Grande do Sul ininterruptamente de 1893 a 1937, ano em que o cargo de prefeito e governador passaram a ser indicados pelo Presidente da República – no caso, Getúlio Vargas, que era originalmente integrante do partido.

de mão-de-obra para a sua produção, que eram escoados por barcos pelo rio até o centro da capital¹⁸.

Em paralelo à esta função ocupada por Belém Novo na produção de materiais de construção, há o crescente interesse na transformação de Belém Novo em um balneário, um local que sirva de passeio e turismo para finais de semana ou os meses do verão, dada a alegada “necessidade de Porto Alegre ter um Balneário”, como apontavam notícias de jornal no final da década de 1920¹⁹. O raciocínio demarcava a precariedade do acesso de Porto Alegre às praias do litoral no oceano atlântico, sendo unicamente possível por meio da antiga estrada dos tropeiros, que seria também a única rota da cidade com os outros estados do Brasil. As atenções se voltam então para a região do Belém Novo e na construção de uma infraestrutura que permitisse a ida de famílias para o turismo.

O marco decisivo para esta infraestrutura centraliza-se no interventor federal Flores da Cunha, que governa o estado de 1930 a 1937, o qual constrói uma residência pessoal para férias no Belém Novo²⁰, motivando a ida de aliados políticos e famílias em busca de *status* a passarem as férias no mesmo balneário do governador. Mobilizando os soldados provisórios da Revolução de 30 liderada por Getúlio Vargas, Flores da Cunha emprega os ex-combatentes na tarefa de construir uma estrada ligando por terra o centro da cidade de Porto Alegre até o balneário, que se completa em 1933 e inicia o que seriam os “tempos áureos” do Belém Novo, que marcariam profundamente a história do bairro.

2.4 Os “tempos áureos”: décadas de 1930 a 1960

Os relatos a partir da década de 1930 buscam situar o Belém Novo como um espaço propício para festas e ostentação de *status* social, com destaque para fatos relacionados ao Hotel Cassino, mantido pelo neto do fundador da cidade; ao Restaurante Leblon, em um grande espaço às margens do Guaíba; e ao Bar Copacabana, situado também à beira do rio. Nessa época se configuram os nomes das três principais praias do bairro – Veludo, Leblon e Copacabana – sendo as duas últimas referências a praias nobres homônimas da então capital do Brasil, Rio de Janeiro.

¹⁸ Apenas no período da prefeitura de José Montauray, de 1897 a 1924, a cidade passou de 60 mil para 160 mil habitantes, quase triplicando a sua população, em grande aumento de sua infraestrutura urbana.

¹⁹ É de se ressaltar que na época do verão o clima da cidade de Porto Alegre é especialmente quente, com temperaturas acima de 30 graus celsius, fato que pode aumentar a compreensão desta “necessidade”.

²⁰ A “casa de Flores da Cunha” é uma referência dos moradores, quando da apresentação do bairro.

Figura 4 – Praia do Leblon no Belém Novo



Fonte: Foto do autor, em 2023

Figura 5 – Ruínas de restaurante na praia do Leblon



Fonte: Foto do autor, em 2023

Figura 6 – Praia do Veludo, com vista para a Ponta Grossa



Fonte: Foto do autor, em 2023

Entre os diversos acontecimentos registrados na história da região referentes a festas, desfiles, esportes e comemorações de carnaval, há a percepção de uma divisão no bairro entre os “moradores” e os “veranistas”. Entre os primeiros, havia um sentimento de pertencimento do local, sendo os remanescentes dos trabalhadores das “fazendolas”, das olarias, da pesca e do comércio fluvial, agora sendo postos em nova relação com o local através da prestação de serviços aos veranistas, novos comércios e atividades da construção civil. Por parte dos “veranistas”, em geral eram pessoas com maior capital financeiro, trazendo do centro da cidade os hábitos urbanos e demandas por infraestrutura – como luz elétrica e atendimento de água potável, que não havia no bairro –, impondo, contudo, uma característica sazonal ao bairro, com uma temporada de forte comércio no verão e feriados, mas pouco movimento nas outras estações do ano. Esta divisão entre “moradores” e “veranistas” – os “do bairro” e os “de fora” – se estabeleceria mesmo territorialmente, com uma divisão física entre o que era “vila” e o que era a “praia” (do Leblon), havendo a materialização desta rivalidade na criação de dois clubes: o Grêmio Esportivo Belém Novo, dos moradores, promovendo atividades esportivas e pequenas festas; e a Sociedade dos Amigos de Belém Novo, dos veranistas, o qual promovia grandes festas e bailes para a elite econômica.

Apesar da visibilidade do lugar nesta época²¹, o significativo aumento no fluxo de turistas acaba progressivamente evidenciando as limitações do bairro referentes à infraestrutura para receber o volume demandado por Porto Alegre e outras regiões do estado, ao mesmo tempo em que se constroem ou se aprimoram as estradas ligando a capital ao litoral. São marcos importantes a inauguração da estrada na antiga rota dos tropeiros em 1939, na ligação com o litoral norte do estado²²; a inauguração da estrada RS-040 em 1958, na ligação com a praia de Cidreira²³ e, por extensão, todo o litoral²⁴; e, sobretudo, a inauguração da estrada conhecida como *Freeway* (trecho da BR-290) em 1973, que ampliou significativamente o acesso às praias do litoral norte e de Santa Catarina, relegando o Belém Novo a um período de declínio econômico.

2.5 Declínio e a pressão por alternativas econômicas

Além da maior facilidade do acesso de “veranistas” às praias do litoral, um aspecto central da falta de viabilidade do bairro como balneário foi a progressiva poluição do Rio Guaíba, à medida em que novos processos industriais se estabeleciam na região metropolitana e passaram a comprometer a possibilidade de banhos públicos no rio. Da mesma forma, as atividades tradicionais ligadas à pesca foram severamente atingidas, reduzindo as possibilidades de seu uso econômico. A partir dos anos 1970, portanto, o bairro perde o seu *status*, deixando de ser visto como “turístico”, perdendo a sua sustentação econômica – ainda mantendo o atrativo da paisagem para os visitantes, mas para um público cada vez mais popular, em contraste com as mansões de outrora.

Um possível marco da poluição do Guaíba se refere à um episódio decisivo para o movimento ambientalista gaúcho, que é a instalação da fábrica de celulose norueguesa

²¹ Era comum os clubes de futebol da época realizarem temporadas de treinamento no local, incluindo os principais clubes de Porto Alegre (Grêmio e Internacional), a Seleção Gaúcha de Futebol e até mesmo a Seleção Brasileira, no ano de 1969, como parte da preparação para a Copa do Mundo no ano seguinte.

²² A estrada então chamada de RS-17, hoje RS-030, conhecida popularmente como “Estrada Velha”. No ano de 1939 foi realizado o loteamento de Imbé e em 1940 o estabelecimento da colônia israelita em Capão da Canoa, como exemplos da repercussão da melhoria no acesso. Ainda assim, o caminho não era facilmente acessível ou viável para a maior parte da população.

²³ Logo após a conclusão da estrada, o município passou a aportar serviços públicos até então inexistentes na localidade, como luz elétrica, tratamento de água e serviço telefônico.

²⁴ O litoral do Rio Grande do Sul não se constitui por enseadas, como é comum em todo o território brasileiro. A rigor, há apenas “uma praia” da entrada da Lagoa dos Patos até o norte do estado, com poucos acidentes geográficos demarcando separações, sendo a divisão em “praias” sendo configuradas essencialmente como divisões político-administrativas.

Borregard, inaugurada em 1972. Assim que teve a sua inauguração, a fábrica – que não possuía tratamento nos seus dejetos – alterou o nível de poluição e mal cheiro do rio, assim como afetando a qualidade do ar, sendo interditada menos de um ano depois para reparos, cuja interdição na época fora celebrada como uma conquista por ambientalistas²⁵. O impacto da poluição, contudo, foi sentido no bairro como um “golpe de misericórdia”, consolidando o declínio da região e inviabilizando a função que desempenhara – ao mesmo tempo em que sensibiliza os seus moradores para a questão de cuidado ambiental com o rio, grande atrativo econômico do turismo de outrora.

A partir da década de 1970, como reflexo da reorganização produtiva do setor agrícola do Rio Grande do Sul e o processo acentuado de êxodo rural²⁶, Belém Novo passou a receber parte deste fluxo de pessoas vindas do campo no interior e que tinham dificuldade de acesso a moradia em Porto Alegre. Um processo que vai consolidando a sua nova função como uma “periferia” do centro da capital, servindo de dormitório e com progressivo aumento de conjuntos de habitações irregulares. O isolamento territorial e o sentimento de “abandono” do poder público motivam os moradores do bairro a buscarem alternativas econômicas, como uma proposta de emancipação²⁷ no final dos anos 1980, além de iniciativas como a criação da Festa do Ridículo em 1980 e ocorrendo anualmente até 2015, evocando a tradição de “festas suntuosas” da região, agora adaptadas para um público de perfil mais popular²⁸.

No ano 2000, um projeto organizado pela prefeitura operou a realocação de 600 famílias de diferentes vilas do bairro, residentes em agrupamentos habitacionais irregulares que se formaram na beira do rio, sob a justificativa da preservação ambiental da orla, formando uma

²⁵ A fábrica continuou existindo, mas sendo estatizada e colocada sob o nome de Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (RioCell) em 1975, sendo privatizada novamente e mudando o nome para Aracruz Celulose (2003), e, atualmente, Celulose Riograndense, do grupo chileno CMPC (2009). Na sua fase estatal, contou a partir de 1980 com a colaboração do famoso ecologista José Lutzemberger, tentando encontrar um modelo viável de operação em relação com o meio ambiente, uma fonte de discussões e divergências entre ambientalistas.

²⁶ A produção agrícola do Rio Grande do Sul, desde a sua fundação, ocupava uma função de abastecimento de alimentos no mercado interno brasileiro, possuindo uma imagem de “celeiro do país”. Contudo, a partir dos anos 1970, há uma política de transformação da sua estrutura, reorientando a produção para o mercado externo, em modelo constituído sobre concentração de terras e grandes propriedades. Como consequência, um grande número de pessoas foi excluído do campo, vindo buscar alternativas nas grandes cidades.

²⁷ Com a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, havia a destinação de parte da arrecadação da tributação federal destinada a municípios – um novo ente federativo introduzido pelo texto constitucional – o que deu origem a muitos novos municípios no país, visando esta receita, com o consequente poder político. No Rio Grande do Sul, por exemplo, dobrou-se o número de municípios de 1988 a 2000.

²⁸ Segundo moradores, a *Festa do Ridículo* deixou de ocorrer por conta de questões de segurança, com “gente de fora causando confusões”. Se originalmente era um evento de moradores de bairro, a festa começou a atrair grande público externo, tendo nos seus últimos anos atrações internacionais – o que foi progressivamente minando a sua intenção original, de festa aberta ao ar livre. Os produtores da festa ainda tentam realizá-la em edições anuais, porém fora do bairro, em clubes fechados de áreas centrais.

comunidade no bairro vizinho do Chapéu do Sol. Pouco depois, em 2002, inaugura-se no bairro o Condomínio Terraville Belém Novo Golf Club, um grande conjunto residencial horizontal destinado a moradores de alto poder aquisitivo, cuja área é equiparável a metade da área urbana do Belém Novo, constituindo-se um espaço à parte – um “bairro privativo” – que se tornou uma referência de ostentação e segregação financeira, sendo vizinho a um aeroclube com pista de pouso aéreo, clube de caça e tiro, um centro hípico, além de campos de golfe, lojas e escolas internas ao condomínio.

A partir dos anos 2010, iniciam-se novas tentativas de projetos para o bairro, com a proposição da mudança do plano diretor da região para viabilizar empreendimentos imobiliários – visto a interdição, até então, da urbanização da orla do Guaíba naquela região. Em 2015, há o lançamento de um projeto imobiliário em uma antiga fazenda do bairro, situada na orla, que passou a ser alvo de disputa entre os moradores e promovendo a mobilização da questão ambiental.

2.6 Urbanização na zona extremo-sul de Porto Alegre

Conforme a definição do poder público, considera-se que o bairro Belém Novo se situa na região do extremo-sul da cidade²⁹. É amplamente difundida a percepção dos moradores que a “região está se transformando”, justificada pela intensa e crescente urbanização do bairro Hípica e Chapéu do Sol nos últimos anos – que ligam o extremo-sul à região mais central da cidade – o que vem aumentando a oferta de serviços públicos de transporte e lojas como supermercados e shoppings, em contraste com uma área em que ainda predomina características rurais e baixo povoamento. Contudo, o tamanho do impacto quantitativo desta transformação não é de fácil mensuração, posto que último censo do IBGE foi em realizado em 2010 – anterior a ocorrência deste processo – o que pode não trazer dados condizentes com uma possível nova realidade da região.

São utilizadas, portanto, estimativas divulgadas pela Prefeitura de Porto Alegre, construídas a partir dos dados do IBGE de 2010 e projeções para tentar oferecer dados atualizados, como o complemento da PNAD contínua. Desta forma, tomam-se as seguintes

²⁹ Além do Belém Novo, o extremo-sul é composto pelos bairros Ponta Grossa, Chapéu do Sol, Lajeado e Lami. Estes bairros estão sempre agrupados em quaisquer das divisões administrativas, sendo uma constante no plano diretor do município, ainda que em outras divisões territoriais podem estar eles acompanhados de bairros vizinhos em direção ao centro – como os bairros da Restinga, Hípica e Vila Nova – caso da definição de uma *zona rururbana*.

características do bairro, tomando em consideração o último anuário estatístico divulgado³⁰, em 2020:

- A população do bairro é estimada em 10.100 habitantes (0,77% da população da cidade);
- A área é de 14.864 Km² (3,13 % da área do município), sendo um dos maiores bairros da cidade;
- A renda média por domicílio é 3,86 salários-mínimos (com base no salário-mínimo de 2019, de R\$ 998,00), sendo R\$ 1.106,21 por pessoa, abaixo da média da cidade de Porto Alegre, de R\$ 1.600 por pessoa.
- A estrutura etária do bairro se constitui majoritariamente por idosos (43%), seguido de adultos (18%), adolescentes (17%), jovens (13%) e crianças (9%). A grande maioria da população se encontra acima dos 30 anos de idade.
- A taxa de analfabetismo do bairro é de 4,59%, acima da média da cidade de 3,86%.
- A taxa de mortalidade infantil é de 10,5 para cada mil nascidos vivos, taxa menor que a da cidade, de 11,6. No bairro há uma Unidade Básica de Saúde, que atende toda a região do extremo-sul da cidade³¹.
- O IDH do bairro é considerado *muito alto*, de 0,958 – muito acima da média da cidade, de 0,805.

A visão geral, a partir dos dados sociodemográficos, indica um bairro em que predomina uma população acima dos 30 anos de idade, com grande presença de idosos. Apesar da renda média da população ser considerada abaixo da média da cidade de Porto Alegre e possuir indicadores negativos referentes à escolaridade, ganha relevo o alto indicador do IDH, indicando a possibilidade de qualidade de vida a partir de indicadores básicos. É amplamente difundida na população a sensação de que o bairro é uma “região dormitório” de Porto Alegre, em que muitos dos habitantes possuem sua renda a partir de trabalhos ou propriedades situadas fora do bairro.

A chamada zona rural-urbana da cidade de Porto Alegre – ou macrozona cidade rururbana - correspondente às áreas do extremo-sul da cidade e faixas centrais sobre morros (Figura 6). A terminologia rural-urbana e seu conceito foram propostos a partir da confecção

³⁰ Divulgado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos de Porto Alegre, disponível através do site <https://prefeitura.poa.br/smpae> (último acesso em outubro de 2022).

³¹ A UBS do Belém Novo é o único ponto da região extremo-sul a aplicar vacinas do COVID-19, sendo a única referência para a região.

do Atlas Ambiental de Porto Alegre publicado em 1998³², o que foi incorporado pelo Plano Diretor. Sua definição neste documento consta a macrozona rururbana como uma

área caracterizada pela predominância de patrimônio natural, propiciando atividades de lazer e turismo, uso residencial e setor primário, compreendendo os núcleos intensivos de Belém Velho, Belém Novo, Lami, Lageado, Boa Vista, Extrema e Jardim Floresta, bem como as demais áreas a partir da linha dos morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas e Ponta Grossa (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental)

Dado sua “predominância de patrimônio natural”, a área é vista por vezes como uma reserva de potencial para a expansão imobiliária, o que vem ocorrendo de forma intensificada a partir dos anos 2000 e aumentando a concentração urbana na região (Figura 7). Para a exploração da atividade imobiliária, são propostas alterações do Plano Diretor da cidade na Câmara de Vereadores, como a recentemente aprovada em dezembro de 2021 que altera o

³² O Atlas Ambiental de Porto Alegre é visto como o resultado direto da atuação de movimentos sociais ambientais da cidade, considerado como um reflexo das discussões em torno da Eco-92 e desenvolvido a partir da ocorrência de diversos eventos. Sua organização foi viabilizada a partir da entrada do professor de geologia Rualdo Menegat na secretaria do meio ambiente, que organizou o projeto acadêmico. Sobre a história do projeto, é possível ver mais em: <https://www.ufrgs.br/atlas/atlas/a-historia-do-projeto/> (último acesso em 19/04/2022)

regime urbanístico da área da Fazenda do Arado Velho (Figura 9) e permitindo um empreendimento imobiliário de grande porte³³. Pela interação com as pessoas na região do projeto, é unânime a constatação da impressão de que a área se transforma constantemente e altera a vida de seus moradores, cuja grande parte é constituída por famílias que residem no local há várias gerações³⁴.

Figura 9 - Área da Fazenda do Arado, junto ao bairro Belém Novo



Fonte: Imagens da apresentação da Audiência Pública de 12 de agosto de 2021

Como reação a essa expansão e projetos, movimentos sociais se constituem na região e realizam atividades semanalmente com a população local, contando com apoio de políticos, universitários e outros movimentos sociais. Esta rede que se constitui em torno da pauta é atuante nos espaços de discussão e deliberação política, tornando o

³³ Foram registradas para a pesquisa as sessões de audiência pública realizadas no bairro, bem como as sessões de discussão e aprovação do projeto na Câmara de Vereadores, cujas transcrições serão utilizadas como informações para a construção de dados.

³⁴ Nos últimos anos, são emblemáticos da expansão imobiliária a construção do chamado *Condomínio Terraville* – empreendimento imobiliário horizontal de grandes dimensões destinado ao público de alto padrão aquisitivo –, constantemente referenciado como padrão de elite para empreendimento, seja de forma positiva ou pejorativa; assim como também o loteamento vertical de centenas de unidades dos condomínios *Minha Casa Minha Vida*, como uma referência para a ocupação populacional na região de um público de baixa renda.

assunto uma prioridade dentro do tema ambiental na cidade de Porto Alegre³⁵, que possui uma tradição militante na causa ambiental (OLIVEIRA, 2008) e que se faz sentir nas atividades com a presença de grande diversidade etária. A prioridade apontada pelos movimentos é, em específico, a proteção da costa do Lago Guaíba que margeia a cidade ao oeste, que se apresenta – entre diversos outros elementos – como um serviço ecossistêmico relacionado ao abastecimento de água da população e servir de áreas alagáveis para as subidas intermitentes no nível do lago, evitando o alagamento constante de áreas já urbanizadas e povoadas da cidade³⁶.

Diante da questão ambiental diretamente invocada e formulada, é frequente nos embates que ocorrem nos espaços de discussão política observados uma oposição entre modelos de cidade, embora não formulados diretamente, constituindo-se em pautas que atravessam questão sociais subjacentes. De modo geral, as falas ambientalistas tenderam a serem reativas e de oposição as iniciativas de transformação urbana, mobilizando um vocabulário de preservação e conservação.

Um exemplo dessa oposição é referente ao conceito de espalhamento urbano, mobilizado pela fala em audiência pública de um grupo acadêmico que assessora movimentos ambientais. Segundo o raciocínio exposto, uma cidade não deveria se expandir – ou se espalhar – por uma razão econômica, pois se aumentariam os gastos públicos com o serviço público³⁷. Por outro lado, outros grupos que também reivindicam a causa ambiental afirmam que o espalhamento urbano é preferível, advogando por uma cidade que evite a concentração vertical de suas estruturas e aparelhos urbanos e atenda a população de zonas distantes do centro³⁸. Transpondo ambas as posições, há o pano de fundo de um modelo de desenvolvimento da cidade, posto que estão condicionadas à premissa de expansão e crescimento inevitável – seja vertical ou horizontal.

³⁵ Outro assunto que predominou como uma questão ambiental na cidade foi o projeto de instalação de uma mineradora de carvão nas ilhas do Guaíba, mas que foi abandonado recentemente.

³⁶ O pesquisador solicitou um parecer – não encontrado na internet – do professor Rualdo Menegat que foi anexado ao laudo do Estudo de Impacto Ambiental do projeto da Fazenda do Arado Velho. Neste parecer, afirma-se “a necessidade de mínima intervenção antrópica na área de APAN (*Área de Proteção do Ambiente Natural*)”, propondo que “deve-se garantir *máxima proteção ao Lago Guaíba e seus ecossistemas marginais*, uma vez que a cidade de Porto Alegre depende exclusivamente desse manancial para abastecer com água sua população.”

³⁷ Raciocínio na mesma direção é apresentado em <https://coletivoambientecritico.wordpress.com/2021/06/24/o-custo-arado/> (último acesso em 21/04/2022)

³⁸ Essa posição costuma vir junto ao conceito de *sustentabilidade*, como poder visto em <https://www.jornalja.com.br/arquivo/exclusivo-a-verdade-sobre-o-plano-diretor/> (último acesso em 21/04/2022)

Dessa forma, um ponto que permeia o espaço social de movimentos sociais ambientais é a discussão sobre qual o modelo de cidade defendidos, com a proposta de alternativas para a cidade, se interessadas em transformação ou conservação, espalhamento ou concentração, vertical ou horizontal – modelos de desenvolvimento para a cidade que estão sendo formulados a partir da atuação dos movimentos ambientais em um contexto de disputa.

3 MOVIMENTO POR “PRESERVAÇÃO” NO BAIRRO BELÉM NOVO

O movimento que se destaca na atuação do bairro Belém Novo e se constituiu como uma referência de atuação na região é o grupo Preserva Belém Novo. Apresentando-se como um movimento social que se apara sob um tripé de cidadania, cultura e meio ambiente, o grupo foi criado em 2014 por parte de moradores como forma de atuar em demandas específicas no bairro. Em um momento posterior, o grupo amplia a sua abrangência e visibilidade ao se tornar um protagonista na disputa em torno da urbanização da região da Fazenda do Arado, uma grande propriedade à beira do Guaíba comprada por um empreendimento imobiliário.

Para a análise do movimento se tomará os principais elementos constitutivos considerados por Sidney Tarrow (2009). Dessa forma, busca-se observar e analisar a oportunidade que impulsionou o grupo; o repertório de ações mobilizados; as representações constituídas para sustentar o conflito; e as interações em rede, que se relacionam à estrutura de organização do movimento social.

3.1 Surgimento e características do grupo

O grupo Preserva Belém Novo surgiu em 2014 a partir da iniciativa de moradores do Belém Novo. Desde a fundação da vila que lhe deu origem, o bairro se constitui como um espaço distante e apartado da cidade, dando-lhe a peculiaridade de ser tomado tanto como um “refúgio” para pessoas de classes médias e altas que buscam utilizar a região como uma moradia reservada ou como uma “casa de praia” para descanso em férias e finais de semana, quanto como um destino para pessoas das classes mais baixas que encontrariam no bairro a possibilidade de sustentarem a tentativa de uma boa qualidade de vida diante de sua condição precarizada. O fato de o bairro ser distante do centro e das zonas mais urbanizadas da cidade habilita as duas ambições, tomado como um lugar “calmo” e “junto à natureza” pelos primeiros e uma “periferia de luxo” para os últimos.

O movimento Preserva Belém Novo é formado de moradores do bairro que pertencem ao primeiro grupo, defendendo a sua visão para o bairro. Com cerca de 8 integrantes ativos e dezenas de apoiadores declarados, a maioria dos seus integrantes não nasceu no bairro, vindo a lhe residir após a vida adulta – característica que predomina na identidade coletiva do grupo (os “forasteiros”, como se referem entre si). Para todos os integrantes há o entendimento do bairro como um lugar “calmo” e “natural” que buscam

defender, com a valorização de uma vida “tranquila” e “comunitária”. Das 8 pessoas ativas, duas são aposentadas (técnico em enfermagem, serviço público); três são professoras (ensino fundamental, médio e universitário, cada um); uma é servidora pública; uma é advogada e uma é agricultora – sendo a última a única “nativa” do bairro (Tabela 2)³⁹.

Tabela 2 – Características dos integrantes do grupo

Integrantes	Profissão	Escolarização	Observações
1	Advogada	Direito	Principal liderança e referência externa do grupo
2	Agricultor	Farmácia	Único “nativo” do grupo
3	Professora (ens. fundamental)	Pedagogia	Mudou-se ao bairro quando criança
4	Professor (ensino médio)	Filosofia (Mestre)	Era um veranista antes de optar pela residência
5	Professora de Ioga/ Servidora pública	(curso superior na PUC)	Moradora há oito anos, entrou em 2016
6	Aposentado	Técnico em Enfermagem	Morador há oito anos, entrou em 2016
7	Aposentada (técnica judiciária)	Serviço Social	Divide-se com moradia em região central, entrou em 2018
8	Professor universitário	Economia (Mestre)	Divide-se com moradia em região central, entrou em 2018

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa

A motivação inicial do grupo, segundo sua fundadora e principal liderança (Quadro 1), era a de “controlar a desordem” trazida por pessoas de fora do bairro, que frequentavam o bairro para atividades de lazer como festas e churrascos à beira do lago especialmente no verão e finais de semana de alta temperatura (“no inverno era um paraíso, no verão era um caos”). Após acionar diversas vezes a prefeitura para realizar reclamações e petições, lhe era recomendada pelo governo municipal ações via associação de moradores, alternativa que não considerava viável pelos trâmites exigidos (uma “burocracia do caramba”) e por ser uma moradora recente do bairro, sem tantos contatos (“não conhecia ninguém”). Mobilizando os seus vizinhos mais próximos – que

³⁹ As informações são referentes ao período até março de 2023, com possível alteração no quadro de integrantes posteriormente.

compartilhavam de muitas das suas queixas – organizou o núcleo da primeira formação do Preserva Belém Novo, com o objetivo de lidar coletivamente com as demandas que surgiam próximos às suas casas, causadas por veranistas.

Quadro 1 – A liderança

A principal liderança do grupo é uma advogada de 44 anos, que afirma nunca ter tido “nenhuma relação com política”, tampouco ter histórico de militância em sua família. Nascida e criada em uma região nobre da cidade de Porto Alegre, filha de um economista, veio residir no bairro Belém Novo com 23 anos, buscando um lugar “tranquilo” para a gestação de sua primeira gravidez. Diz que considerou lugares no interior do Estado, mas optou pelo bairro do extremo-sul de Porto Alegre – distante o suficiente para a calma, mas ainda próximo da família.

Menciona que nos primeiros anos do bairro não conhecia pessoas e não “socializava”. Foi após a sua segunda gravidez que resolveu “socializar” e começar a compartilhar com vizinhos as queixas referentes às festas que pessoas de fora do bairro faziam próximos à sua residência, situada à beira do lago Guaíba. Trabalhando como advogada, a mobilização do Direito constituiu o seu principal capital para a construção do grupo, dominando a compreensão do funcionamento do aparato estatal e vindo a participar do Conselho do Meio Ambiente, Conselho da Saúde e delegada regional do Orçamento Participativo. É o principal contato “externo” do grupo, conectando-o a uma rede de movimentos e estabelecendo conexões com lideranças políticas e partidos (“somos apartidários, mas aceitamos apoio, independentemente de ser de esquerda ou de direita”).

Fonte: Entrevista ao autor

3.2 A oportunidade Arado

O fato de serem moradores recentes de uma região específica de um bairro em que muitos moradores contam com gerações de antepassados⁴⁰ revelaria o problema da legitimidade do grupo em agir em nome do bairro e poderem ver satisfeitas as suas demandas. O subtítulo do grupo nas suas páginas de divulgação menciona as palavras “cidadania”, “meio ambiente” e “cultura”, buscando legitimar as ações do grupo a partir da invocação destes valores, sendo frequente a substituição do nome do grupo pela formulação “a cidadania pede que...” e formas semelhantes.

⁴⁰ “Aqui precisa ter aqui precisa ter o umbigo do avô enterrado na praça”, como uma integrante mencionou.

O grande salto de visibilidade do grupo ocorreu um ano após sua criação, quando em 2015 surgiu a “notícia” de que estaria sendo negociada a construção de um empreendimento imobiliário em um grande terreno do bairro ocupado por uma fazenda de propriedade particular – conhecida como a “Fazenda do Arado Velho”, ou simplesmente “Arado”. Esta “notícia” foi apresentada em forma de denúncia por um então estudante de geografia e participante de diversos movimentos ambientais (Quadro 2) que soube dessa informação através da sua participação no Conselho do Meio Ambiente de Porto Alegre. O estudante, então, colocou um drone para sobrevoar a área, realizar imagens e denunciar em um vídeo na internet o dano que tal empreendimento causaria ao meio ambiente.

A principal liderança do Preserva Belém Novo passou então a procurar, inicialmente sem sucesso, o contato com este estudante para se somar à luta contra o empreendimento. A partir da participação em uma audiência realizada sobre o assunto, conseguiu contato com outros estudantes universitários, que constituíam um grupo de atuação ambiental em diversas situações da cidade e buscavam se informar sobre o Arado. Após um momento de hesitação por parte do grupo (“eles achavam que eu era infiltrada”, disse a moradora), a parceria se firmou e o Preserva Belém Novo passou a contar com uma “assessoria técnica” para “questões ambientais” por parte do grupo de estudantes, cuja atuação é sempre lembrada como de importância capital⁴¹.

Quadro 2 – O impulsionador

O impulsionador inicial da “causa” do Arado é um empresário de 46 anos, que possui “terras da família” na região sul de Porto Alegre – é neto de um advogado e ex-prefeito da cidade. Envolvido desde a adolescência com movimentos ambientais – estudou agronomia e geografia, sem se formar – participou e participa de diversas organizações voltadas ao meio ambiente, administrando empresas relacionadas ao tema.

Justifica o seu interesse pela questão ambiental através da ligação herdada pela família com a zona sul, buscando frear iniciativas que urbanizem a região e “descaracterizem” a área, na qual veio a residir apenas recentemente. Por meio de uma de suas iniciativas comerciais, organiza trilhas ecológicas e passeios turísticos que buscam valorizar e divulgar a diversidade e preservação ambiental da região. Considera que é importante que as lutas ambientais locais sejam travadas também pelos moradores, ajudando na fiscalização das investidas governamentais.

Fonte: Entrevista ao autor

⁴¹ A atuação deste grupo, porém foi efêmera, sendo importante no impulso inicial, mas que se desmobilizou nos anos seguintes. Foi dito por todos entrevistados que “agora eles estão em outra”, “que estão em um momento complicado” ou observações similares.

A narrativa do Preserva Belém Novo, nesse ponto, afirma que criou e se tornou responsável pela campanha “Preserva Arado”, administrando e sustentando uma espécie de “rede de apoio” especial para a questão do Arado, que seria uma demanda específica entre outras do grupo. Essa percepção, contudo, não é a mesma de fora do grupo, sendo comum a visão de que o “Preserva Belém Novo é uma coisa, Preserva Arado é outra”, o que sinaliza uma possível disputa em torno da “causa”⁴².

Seja como for, a consequência do envolvimento do Preserva Belém Novo com a “questão do Arado” lhe deu a visibilidade necessária para dar um salto qualitativo no grupo, fortalecendo a legitimidade de sua pretensão de se estabelecer como um porta-voz do bairro. O impulso dado por esta agenda os fez atrair novos membros, incluindo moradores de áreas diferentes do bairro e conduziu ao efeito de reconfigurar a sua identidade coletiva como um grupo de ênfase na preservação ambiental, dedicando-se a um trabalho de mobilização da pauta ecológica em ações pelo bairro e fazendo-a coincidir com a sua visão do bairro a ser preservada.

3.3 Repertório de ações do grupo

Contando com o apoio de estudantes, o esforço inicial do grupo se concentrou em realizar demonstrações públicas no bairro e produzir conteúdo direcionado às mídias digitais, para dar visibilidade à “causa”. Em ambas as estratégias conseguiram incorporar novos integrantes, formando o núcleo de sua formação atual⁴³.

Entre as ações típicas promovidas pelo grupo no bairro estão atividades voltadas aos moradores – como a exibição de filmes; intervenções artísticas; exposições fotográficas; rodas de chimarrão; remadas; oficinas de ioga; atividades educacionais em parceria com escolas; informativos virtuais sobre notícias da região; instalações de placas pelo bairro em valorização de elementos da natureza e do estilo de vida proporcionado

⁴² O estudante que fez a denúncia original acredita que o movimento Preserva Belém Novo se apropriou de algum modo da pauta, mas reconhece a importância que “moradores do bairro” sustentassem o conflito. Entre o grupo Preserva Arado de whatsapp, a maioria das pessoas são de fora do bairro, sendo algumas moradoras fora da cidade e mesmo do estado do Rio Grande do Sul.

⁴³ Uma integrante atual afirmou que estava em processo de mudança para o bairro quando viu um vídeo na internet do grupo denunciando o empreendimento. Resolveu, então, incorporar-se ao grupo.

no local. Voltadas também a um público externo, há a realização de caminhadas pelo bairro, contando com a explanação de elementos históricos e curiosidades da região, capitaneadas pelo integrante “nativo” do grupo (Quadro 3). Em pautas eventuais, há a organização de atos públicos, os quais mobilizam a participação de vereadores e deputados⁴⁴. Em anos eleitorais, o grupo escreve cartas direcionadas aos candidatos e candidatas para a câmara municipal.

Quadro 3 – O nativo

O único integrante do grupo que afirma ter nascido no bairro é um agricultor de 59 anos, que realiza diversos tipos de trabalho na região, dominando uma série de assuntos relacionados à vida rural. Sua presença é frequente em livros e matérias jornalísticas sobre o bairro, sendo uma fonte recorrente de conhecimento da história e particularidades da região. Seus pais se conheceram nos anos 1940 – o pai pescador e a mãe filha de uma família da região central da cidade que veraneava no bairro. Quando menciona o avô materno, “dono de posses”, indica que este possuía “rusgas políticas” frequentes com os governantes, utilizando-se da região como uma espécie de “refúgio” temporário – a exemplo deste uso por outros políticos.

Farmacêutico por formação, diz que se envolveu em diversas atividades políticas, mas que sempre preferiu uma atuação “correndo por fora” – a exemplo do que considera a sua atuação atual – nunca aderindo totalmente a grupos ou partidos. É de sua autoria um estudo a respeito da viabilidade econômica da emancipação do bairro para tornar-se um município no final dos anos 1980, argumentando que apoiava a causa: “Se pago impostos para a prefeitura, quero ver o trabalho aqui. Belém Novo não tinha nada”. Hoje, contudo, acredita que a pauta “não faz mais sentido” e que este episódio não possui nenhuma relação com as disputas atuais. Sua principal motivação para a preservação do bairro é pela vida (“a vida toda”) e menciona diversos motivos que demonstram o mal tratamento e ameaça ao funcionamento do ecossistema da região.

Fonte: Entrevista ao autor

Sabendo que a distância do bairro inibe uma maior participação dos moradores das áreas centrais da cidade, o grupo dispense um grande esforço em participar de atividades de outros grupos ambientais da cidade, assim como eventos acadêmicos, atos públicos e similares. O grupo possui, portanto, um forte trabalho de identidade visual, com camisas, bandeiras e faixas presentes em todas as atividades que realizam ou participam.

⁴⁴ Um ato público observado por esta pesquisa, em 2021, denunciava a iminente destruição de uma praia do bairro para a construção de uma estação de tratamento de água. Reuniu três vereadores e uma deputada estadual, nenhum com ligação ao bairro.

À medida que avançava a denúncia ao empreendimento, o grupo – que não possui CNPJ – concentrou seu discurso em uma denúncia jurídica do empreendimento, fomentado através da mobilização de uma rede de contatos. Junto com o grupo de estudantes que lhe apoiava, produziu um laudo em que denunciava o EIA-RIMA⁴⁵ do projeto imobiliário, o que provocou a investigação do Ministério Público. Em contrapartida, integrantes do grupo foram acusados judicialmente de “levarem indígenas” para a área⁴⁶, o que colocou mais dificuldades jurídicas ao empreendimento. No estágio atual da “judicialização” da disputa em torno do Arado, um novo EIA-RIMA deveria ser apresentado pelo empreendedor do projeto até o final de 2023.

Figura 10 – Placas instaladas no bairro Belém Novo



Fonte: Fotos do autor em 2023

⁴⁵ Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental, sendo uma documentação jurídica necessária para o licenciamento da construção de um empreendimento imobiliário.

⁴⁶ Esta suposição é tratada como uma piada pelo grupo, considerando absurda a alegação. Os indígenas – ou “índios”, como são mais comumente mencionados – são do grupo étnico Guarani-Mbya, que conta com diversas tribos em áreas próximas, em contato por terra e pelo lago.

Figura 11 – Exposição fotográfica no bairro Belém Novo



Fonte: Fotos do autor em 2023

3.4 Representações construídas

O quadro interpretativo⁴⁷ que o movimento busca construir em torno da questão do Arado é o de ressaltar ao máximo o “valor ambiental” da Fazenda do Arado, considerando-a como um “patrimônio ambiental, histórico e cultural insubstituível”. O caráter de “dano permanente e irreversível” busca realçar a gravidade da situação – destacando um potencial risco ecológico e ambiental – e apontar a “injustiça” que seria cometida com os animais da região, mobilizando emocionalmente a possibilidade de extinção da flora e fauna locais. Esta ameaça tomada como desnecessária estaria sendo promovida por agentes externos ao bairro, liderados por um projeto do governo municipal que facilita a ação de “milionários” que não possuem qualquer relação com o bairro e visam o lucro ao custo da depredação natural.

⁴⁷ Noção de *framing analysis* formulada por Goffman (2012), que foi mobilizada posteriormente pela tradição da *contentious politics* conforme empregada aqui no entendimento de Tarrow (2009).

Figura 12 – Logomarca do grupo Preserva Belém Novo



**PRESERVA
BELÉM NOVO**

Fonte: Site do Preserva Belém Novo (2023)

Figura 13 – Logomarca da campanha Preserva Arado



Fonte: Site do Preserva Belém Novo (2023)

Figura 14 – Panfleto de divulgação do grupo



Fonte: Site do Preserva Belém Novo (2023)

A matriz cultural do bairro na qual se insere essa construção discursiva aparenta manifestar uma relação complexa entre os seus moradores e os “veranistas”, frequentadores eventuais. Desta forma, o sentimento de uma “ameaça” vinda de fora para corromper a tranquilidade e o caráter do bairro são presentes em muitos setores, que veem com desconfiança essa relação, que em outros tempos gerou rivalidades e divisões territoriais. Do mesmo modo que os moradores bem estabelecidos do bairro historicamente se ressentem da opulência trazida por visitantes ricos – ainda que dela possam eventualmente se beneficiar –, os mais ricos também se ressentiam de outros visitantes mais pobres que teriam o potencial de desfigurar um local em que imaginavam estar reservado a partir de um certo nível social. A mobilização da imagem de uma ameaça que vem trazida por pessoas “de fora do bairro”, portanto, é o agenciamento de um sentimento fortemente presente na região e se relaciona diretamente às motivações iniciais do movimento.

Por outro lado, também é forte o sentimento expresso pelos moradores de que o Belém Novo é um bairro “esquecido” pelo poder público, havendo relatos que induzem a noção de que se alimenta a expectativa de que “algo vá acontecer”. Não é difícil encontrar relatos nostálgicos de décadas passadas – ou mesmo alguns anos – em que ocorriam festas, eventos na praia ou atividades assemelhadas⁴⁸ ou a enunciação de iniciativas passadas de ONGs internacionais para a “revitalização” do bairro, na esperança de que a região recuperasse um pouco do brilho de seus “tempos áureos”⁴⁹. Um luxuoso empreendimento imobiliário que desse visibilidade ao bairro e movimentasse a “economia” poderia representar uma novidade progressista.

O grupo esforça-se por caracterizar essa “novidade” como nociva, comparando-a com um condomínio fechado inaugurado em 2001 na região abrangida pelo bairro. Há a referência constante a esse condomínio como forma de comprovar que os “ricos se fecham” nesses espaços e que não possuem intenção de se relacionar com o bairro, agindo com uma postura predatória, segregacionista e excludente. A caracterização social da iniciativa à qual o grupo de opõe é combinada com a mobilização ambiental, explorando o fato de que muitos dos moradores “antigos” do bairro e das classes mais baixas sustentam atividades que dependem em algum grau da conservação das condições atuais.

3.5 Atividades em rede

Parte importante das ações do grupo é a participação nas atividades de grupos que se colocam como “parceiros”, que realizam esforços em constituir uma rede ambientalista na cidade de Porto Alegre. Esta rede é composta por grupos e movimentos variados, constituindo-se de instituições ambientais herdeiras dos movimentos dos anos 1970, de voluntários locais de ONGs internacionais, de grupos religiosos e de movimentos comunitários. Apesar da maioria destes grupos se apresentar como “apartidário”, é claro o predomínio de uma visão de “esquerda”, com vários militantes filiados ou ex-filiados a partidos com esta orientação, sustentando diversos tipos de laços (Quadro 4). De modo

⁴⁸ Uma festa que costuma ser lembrada com nostalgia por todas as classes sociais – ao menos conforme mencionada pelas entrevistas – é a “Festa do Ridículo”, organizada a partir dos anos 1980, que em suas últimas edições contava com ingressos populares e atrações internacionais. Nos últimos anos, contudo, a festa – uma marca registrada – foi levada por seus organizadores para clubes privados em áreas centrais da cidade.

⁴⁹ Especialmente os anos 1930 a 1950, em que o bairro construía uma imagem de balneário para pessoas importantes da sociedade gaúcha, como a classe política dominante do período.

ampliado, é possível situar esta rede ambientalista dentro de outra rede maior que é comandada por partidos de esquerda, reunidos contingencialmente por uma postura de oposição ao grupo político atual que comanda a prefeitura, percebido como uma “direita conservadora”⁵⁰.

Quadro 4 – Uma mediadora

Formada em ciências sociais, uma servidora pública aposentada se dedica desde a juventude à militância, filiada ao Partido dos Trabalhadores. É presença constante em atividades promovidas pelos grupos ambientais da cidade, incluindo as promovidas pelo Preserva Belém Novo, se deslocando do centro histórico onde mora até o extremo-sul da cidade.

Sua militância ambiental tomou forma como voluntária de uma ONG internacional, desligando-se da organização após sua aposentadoria para buscar uma “militância menos exigente”. Concentra-se em um grupo religioso de atuação ambiental, o qual funciona como uma das pontes entre diversos grupos pelo contato que possui com diversas referências importantes de militantes do ambientalismo da cidade de Porto Alegre. Apesar da filiação, considera que é sempre importante mostrar os movimentos como “apartidários”, apesar de participar regularmente de ações em apoio ao partido: “tiramos a nossa camisa verde e mostramos a outra por baixo”.

Fonte: Entrevista ao autor

A relação do grupo do Belém Novo com a rede se materializa em atividades conjuntas desenvolvidas entre os grupos que carregam a agenda ambiental, com grupos de *whatsapp* compartilhados para trocar informações e organizar atos públicos. Um exemplo foi o *Ato em defesa da vida* do dia 19 de junho de 2022 na Usina do Gasômetro, região central da cidade. A exemplo do Preserva Belém Novo, outras oito organizações assinaram a convocação do ato que objetivava protestar contra o assassinato de Bruno Pereira e Dom Philips na região amazônica, ocorrido dias antes⁵¹.

⁵⁰ Um exemplo recente de mobilização desta rede se mostrou na oposição à iniciativa da prefeitura de Porto Alegre em abrir uma licitação para a concessão da administração do Parque Farroupilha (Parque da Redenção) – acusado de ser uma “privatização” do espaço público, sob os mais variados argumentos, incluindo ambientais. Rapidamente foi constituído o grupo “Preserva Redenção”, mobilizando centenas de pessoas e militantes de diversos grupos, que passaram a vestir a camisa do novo movimento nas atividades de protesto desenvolvidas. Com o parque se situando em uma área central, houve um foco militante nessa questão, o que obrigou o recuo temporário da iniciativa da prefeitura e revelou uma demonstração de força desta rede militante.

⁵¹ O caso ganhou forte repercussão na mídia nacional, sendo mobilizado como uma oposição ao governo federal de então, que iniciava o processo de sua campanha eleitoral para reeleição. Com o potencial uso político da manifestação, os organizadores do *Ato em defesa da vida* proibiram o uso de bandeiras e símbolos de partidos políticos, ainda que em diversas falas tenha sido demarcada a oposição ao governo e sua campanha eleitoral.

Apesar do contato entre os grupos, a posição geográfica distante do bairro é apontada como um fator de isolamento para contatos maiores, o que inibe a construção de uma identidade coletiva entre os grupos. Como um integrante do Preserva Belém Novo mencionou, a relação entre as pessoas com outros grupos é “menor do que eu gostaria”, reduzindo-se a contatos operacionais para atividades ou postagens genéricas nos grupos virtuais.

O movimento do Belém Novo possui vários grupos de *whatsapp* para divulgar e conectar apoiadores, grupos ou contatos importantes. O autor desta pesquisa foi incluído em um deles, em que há mais de uma centena de participantes, com postagem habilitada a apenas 8 pessoas, integrantes do movimento (“administradores”, nos termos do *whatsapp*). Neste grupo estão vereadores, deputados, advogados, jornalistas, ambientalistas e demais contatos que são informados cotidianamente pelas postagens encaminhadas ou produzidas pelo grupo e podem ser mobilizados em situações ocasionais. Entre as mensagens veiculadas pelos administradores, estão divulgação de eventos, notícias relacionadas a temática do grupo e colunas de opiniões de jornais, que por vezes escapam ao espaço de Porto Alegre⁵².

⁵² Apesar do grupo permitir a publicação de mensagens apenas de administradores, o aplicativo *whatsapp* permite o recurso de “reagir” às mensagens postadas, o que permite alguma interação entre os participantes do grupo. As mensagens que são objeto das “reações”, porém, tendem a ficar restritas às referentes a atuação mais direta do grupo ou alguma notícia apresentada como uma “vitória” de grupos ambientais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA MOBILIZAÇÃO

4.1 Mobilização do meio ambiente e identidade coletiva

A mobilização ambiental por parte do grupo já se apresentava desde o início de suas atividades. Porém, a sua enunciação carregava implícita uma representação de grupos de classes mais baixas com algum preconceito – afinal, seriam destas classes os “bagunceiros” que trazem consigo as festas e a sujeira em suas visitas esporádicas ou em formações de moradias irregulares. Dessa forma, o potencial de legitimidade do grupo se via comprometida, podendo sua atuação ser percebida como uma demanda antipática de um grupo de proprietários em casas bem situadas à beira do lago.

A entrada da “ameaça” do empreendimento da Fazenda do Arado Velho se constituiu em uma oportunidade para o grupo transferir essa demanda construída como ambiental de uma região específica do bairro para uma questão mais ampla, tornando-a uma “causa” que passaria a dizer respeito a todo o bairro – e, em última instância, toda a cidade. Não é mais uma demanda específica de um grupo de moradores em um local específico: É um bairro inteiro que está sendo ameaçado, é uma cidade inteira que será afetada pelo desequilíbrio de seu ecossistema⁵³.

Esta ampliação, contudo, transforma a própria identidade coletiva do grupo à medida que novos integrantes vão se juntando à “causa”. Tanto nos integrantes mais ativos quanto nos integrantes declarados há moradores de regiões diversas do bairro – “temos pessoas de todos os lugares”, quando são perguntados. Essa diversificação permitiu que o alcance e legitimidade do grupo se fortalecessem, do mesmo modo que a identidade coletiva do grupo foi se concentrando em torno de uma luta ambiental: na impossibilidade do uso de marcadores referentes à “classe” em um bairro tão diverso, a luta pelo meio ambiente – sempre vagamente qualificado – é a “cola” que une os integrantes “ativos”, os “não ativos”, os “apoiadores” e a imagem que o grupo projeta externamente.

Esta identidade coletiva é construída mesmo sem o grupo contar diretamente com uma “expertise” ambiental, como todos os integrantes assumem: são pessoas que afirmam

⁵³ Por conseguinte, há um “reenquadramento” (*reframing*) da discussão proposta pelo grupo, de modo a buscar atingir uma nova dimensão.

nunca terem participado de qualquer movimento ambiental e que não possuem formação ou estudo nas áreas relacionadas. No entanto, o fato de morarem em um bairro percebido como “rural” e estarem tão distantes das áreas centrais, torna possível a mobilização ambiental e o capital político adquirido com esta mobilização⁵⁴.

O movimento Preserva Belém Novo possui uma orientação geral de preservação das características físicas do bairro, em nome da defesa de um estilo de vida pacato, comunitário e que esteja conectado à natureza, argumentando a vinculação da região com as atividades originais dos povoadores pós-ocupação indígena, especialmente a pesca artesanal – orientação mobilizada por agentes que escolheram o bairro para estabelecer sua residência em algum momento de suas trajetórias, valorizando as características “naturais” do bairro e o que poderia lhe proporcionar como estilo de vida, ao mesmo tempo em que levaram consigo formações, capacidades, recursos e contatos que viabilizariam a formação do movimento.

Evidencia-se nas postagens do grupo a divulgação desse estilo de vida com fotos das praias e praças do bairro, associadas a um hábito cotidiano, como tomar um chimarrão ao pôr-do-sol no final de semana, buscando afirmar esse costume em oposição a hábitos mais urbanos, como ir a lojas em um shopping. Na tentativa de dar visibilidade ao modo de vida no bairro, a questão do meio ambiente ocupa um lugar central, sendo um importante recurso discursivo nesta defesa, se constituindo no principal objetivo declarado do grupo: o de proteger às áreas de preservação e da orla do bairro, identificando nos espaços baldios junto à orla como a principal ameaça ao bairro e o seu estilo de vida. Mobilizando-se diretamente questões ambientais e também uma questão indígena, são aqui analisados alguns dos pontos da disputa travada.

A orla do Guaíba, elemento central na disputa do bairro Belém Novo, é um caso exemplar da disputa política e da construção das categorias utilizadas não apenas pelo Preserva Belém Novo como de outros movimentos ambientais da cidade de Porto Alegre. O nome Guaíba, de origem no idioma guarani no qual sua grafia é *Guayba*, sugere a noção de um “reservatório de água” ou “encontro de águas”, não sendo possível uma imediata transliteração para língua portuguesa, com especial ênfase ao fonema “Y”⁵⁵ de *Guayba* –

⁵⁴ Tal capital político se traduz em um capital político individual para os empreendedores da mobilização, por os tornarem pessoas importantes para uma rede de mobilização.

⁵⁵ O Y do Guarani é uma Vogal central fechada não arredondada, identificada como [ɨ] no alfabeto fonético internacional. O som mais próximo na língua portuguesa é representado pela vogal “i” (vogal anterior fechada não arredondada), sendo geralmente a opção para pronúncia de palavras guaranis, embora se perca o caráter fortemente gutural e presente na fala do idioma guarani.

de difícil ocorrência em línguas indo-europeias – que, sozinho, significa “água” no idioma indígena. Com a colonização portuguesa e espanhola e a sua interação com os grupos indígenas, os nomes com a presença do fonema “Y” foram sendo associados a “rios”, de onde decorre a tradicional alcunha de “Rio Guaíba”.

Contudo, é seguro afirmar que a formação geomorfológica do Guaíba não se enquadra nas definições até então construídas no campo de estudos geológicos, sendo possível interpretá-lo tanto como um “rio” (um curso de água, geralmente doce), quanto um “lago” (um reservatório de água doce), um “estuário” (depositório de água dos rios, em transição com o mar) ou ainda outras formações. A particularidade geográfica deste corpo hídrico acaba se refletindo na dificuldade de definição jurídica, posto que o aspecto de generalidade exigida pela lei acaba por exigir o seu enquadramento em uma ou outra categoria⁵⁶. A necessidade desta definição possui consequências jurídicas significativamente diversas: pela Lei nº12.651/2012 – chamada popularmente de “novo código florestal”, que regula a proteção à vegetação nativa –, se tomado o Guaíba como um “rio”, a proteção de suas margens seria de até 500 metros, enquanto se tomado como um “lago” (urbano), seria de apenas 30 metros⁵⁷. A opção do poder público estadual é a da sua definição como um *lago*, habilitando diversos empreendimentos imobiliários nas margens do Guaíba.

A ratificação do Guaíba como “lago” reivindica respaldo técnico a partir da pesquisa e publicação do livro Atlas Ambiental de Porto Alegre de 1998, coordenado por Rualdo Menegat, professor de geologia da UFRGS⁵⁸. Abordando diretamente a questão (“Guaíba: Rio ou Lago?”⁵⁹), o livro – lançado na Feira do Livro de Porto Alegre, no final de outubro de 1998 – define o Guaíba como um “lago”, o que é imediatamente respondido por um decreto do governo estadual em 29 de outubro de 1998 (Decreto Nº 38.989), criando um comitê de gerenciamento da bacia hidrográfica do Lago Guaíba, orientando o poder público a consideração do Guaíba como um “lago” a partir de então.

⁵⁶ Embora a lei reguladora da proteção à vegetação nativa, a Lei nº12.651/2012, seja criticada por movimentos ambientais justamente por dar tratamento igual – e nacional – às diferenças significativas existentes nos biomas brasileiros, o que poderia ser detalhado para cada região.

⁵⁷ As alternativas referem-se aos incisos I e II do artigo 4º da referida lei.

⁵⁸ A obra é vista como um marco para o ambientalismo gaúcho, com esforço de diversos especialistas locais na área ambiental. Foi organizada pela UFRGS, que arrecadou verbas da prefeitura e de empresas privadas.

⁵⁹ MENEGAT, R.; PORTO, M.L.; CARRARO, C.C., FERNANDES, L.A.D. (orgs). Atlas Ambiental de Porto Alegre. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998, p.37

Atualmente, uma estratégia dos movimentos ambientais gaúchos é a tentativa de redefinição do Guaíba como um “curso d’água”, evocando o texto jurídico da Lei nº12.651/2012, que o utiliza em substituição ao termo “rio”. Em 06 de abril de 2022, foi organizado no auditório da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul um evento chamado de *O Guaíba à margem da lei*, proposto pelos movimentos AGAPAN, Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá) e o Movimento Justiça e Direitos Humanos, cujo encerramento foi o anúncio de pedido ao Ministério Público de uma Ação Civil Pública para determinar que o Guaíba é um “curso d’água”, seguindo a argumentação de que o corpo hídrico possui grande fluxo constante de águas, tendo suas características aproximadas a de um rio.

A tentativa de redefinição, se bem-sucedida, traria como consequência o impedimento ou embargo de novas construções nas margens de até 500 metros do Guaíba – inviabilizando diversos empreendimentos previstos, como a construção de shoppings e atrações turísticas⁶⁰ – o que já passou a ser alvo de desdém por parte da mídia que apoia esses empreendimentos⁶¹. Um de seus efeitos, igualmente, seria o de inviabilizar o projeto da *Fazenda do Arado* no Belém Novo, atendendo a principal reivindicação do movimento Preserva Belém Novo.

Na disputa atual em curso sobre o projeto da *Fazenda do Arado*, o próprio Rualdo Menegat é um parecerista demandado pelo Ministério Público para investigação do EIA/RIMA, no qual reafirma o Guaíba como um “lago”, mas que, ao mesmo tempo, indica que deve haver a preservação da orla por particularidades da região, expostas em seu laudo técnico. Em sua sustentação, Menegat afirma que a região da Fazenda do Arado é uma *zona de perigo hidrológico*, sendo sujeita à riscos de inundações e alvos de fortes ventos para a região em si e pela função que ocupa no ecossistema do Guaíba, dando ênfase ao fenômeno das *mudanças climáticas*:

⁶⁰ No seminário Reforma Urbana e Direito à Cidade, realizado em 18 e 19 de agosto na Faculdade de Arquitetura da UFRGS e organizado pelo Observatório das Metrôpoles, todas as mesas do encontro apontavam que o principal projeto urbanístico em curso em Porto Alegre é a expansão imobiliária em toda a extensão de sua orla, provocando drásticas alterações, com destaque para os projetos do Cais Mauá, Orla do Guaíba no 4º Distrito e o aqui tratado da Fazenda do Arado em Belém Novo.

⁶¹ No jornal de maior circulação da cidade, uma colunista escreveu sobre a iniciativa: “A estratégia dos contrários ao projeto é tumultuar o ambiente de negócios para afugentar potenciais investidores. Uma ONG chegou ao cúmulo de entrar na Justiça Federal com uma ação para redesenhar o atlas ambiental de Porto Alegre e dar ao Guaíba a denominação de rio, o que impediria a construção em até 500 metros da Orla. A ação não deve prosperar, mas por essa lógica não poderiam existir edifícios na Avenida Mauá e até o Beira-Rio estaria contra a regra” (Rosane de Oliveira, jornal Zero Hora de 7 e 8 de maio de 2022).

Ambos perigos tendem a intensificar-se no próximo período devido às mudanças climáticas que aumentam tanto sobre a torrencialidade das precipitações (cada vez mais severas) quanto a força dos ventos. Esses fenômenos são cada vez mais frequentes, como os ventos que se abateram sobre Porto Alegre em fevereiro de 2016 e as grandes inundações na região metropolitana de Porto Alegre em 2015. Logo, os terrenos marginais do Lago Guaíba, como os da Ponta do Arado, devem configurar-se como áreas de amortecimento tanto de inundações como de elevações súbitas do nível da água do Guaíba por ventos fortes.⁶²

A argumentação de seu parecer é constantemente mobilizada pelo Preserva Belém Novo, afirmando nas suas falas que a área em disputa é um “banhado”, tendo como característica a absorção de água do Guaíba e possuindo assim a “função” de equilibrar o ecossistema ao redor – ou função de “amortecimento”, no termo usado por Menegat no seu parecer. Esta característica de área alagadiça, permanente ou transitória, é fortemente presente na Bacia Hidrográfica do Prata, abrangendo territórios da Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil.

Na Argentina, sobre a mesma questão, há forte mobilização no sentido de uma proteção dessas áreas – chamados de *humedales* – havendo a proposição de um projeto de lei por parte de movimentos ambientais em curso a partir do mês de setembro de 2022 (*Ley de Humedales*)⁶³. O termo *Humedales*, ou “áreas úmidas”, carrega consigo uma noção abrangente utilizada para designar toda área em que há inundação permanente ou temporária, como pântanos, charcos, mangues, recifes, deltas e diversos outros exemplos, tendo sua definição herdada da convenção da ONU de 1971, a *Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas*, ou *Convenção de Ramsar*⁶⁴, como é popularmente conhecida.

⁶² Parecer de Rualdo Menegat, anexado ao inquérito civil do Ministério Público Estadual/RS.

⁶³ Projeto de lei proposto através de petição pública, apresentada por quatro grupos: Cultura Ambiental Causa Ecologista (CAUCE); Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN); Taller Ecologista; e Casa Río.

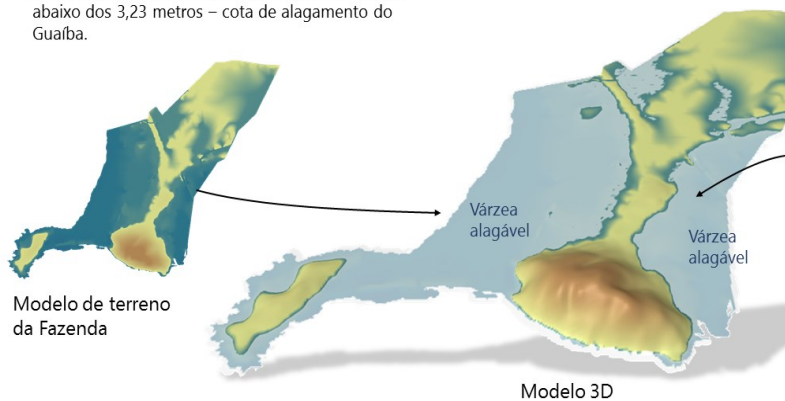
⁶⁴ O primeiro artigo da convenção define zonas úmidas – ou *wetlands*, em inglês – como “áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima com menos de seis metros de profundidade na maré baixa.”

Figura 15 – Material do Preserva Belém Novo sobre áreas alagáveis

Fazenda do Arado:

Uma planície de inundação do Guaíba!

A maior parte do território da fazenda se encontra abaixo dos 3,23 metros – cota de alagamento do Guaíba.



FAZENDA DO ARADO VELHO
em período de cheias do Guaíba



GATO MARACAJÁ
ameaçado de extinção



BUGIO RUIVO
espécie em extinção

Fonte: Site da campanha Preserva Arado (editada)

Na mobilização dos movimentos argentinos, com enfoque na região do Delta do Paraná, são largamente mobilizadas as noções de “serviços ecossistêmicos” e “mudanças climáticas”, com intenção de destacar uma função exercida pelas regiões de áreas úmidas no conjunto do território, que seria cada vez mais necessária com o agravamento das condições climáticas do planeta, tendo como principais adversários as atividades ligadas ao agronegócio, nas regiões rurais, e as empresas imobiliárias, nas regiões urbanas. O apelo desta mobilização por participação e cidadania como “pontos chave” da proposta⁶⁵ é um elemento sempre destacado igualmente nas apresentações do grupo Preserva Belém Novo, com pauta semelhante de proteção à região, em caráter local.

O grupo Preserva Belém Novo fala reiteradamente, em tom jocoso, que é acusado de “plantar indígenas” na região do bairro em disputa, na Fazenda do Arado Velho. Ao

⁶⁵ Disponível no *site*: <https://www.leydehumedalesya.org/>

discurso do movimento pela defesa da preservação do território é acrescentada a alegação da presença indígena e a legitimidade de sua requisição da posse do terreno, que ocorreria com sua possível demarcação federal como terra indígena.

A construção da questão indígena no caso em disputa se baseia na chamada ação de *Retomada de Terras Indígenas*⁶⁶, com a chegada de três famílias mbya-guaranis à região em 18 de junho de 2018. Uma “retomada” é um termo que vem sendo mobilizado por grupos de indígenas para realizar a posse direta de um território – preterindo-se termos como “invasão” ou “ocupação” – para enfatizar que o território em disputa já pertenceria ao grupo agente da retomada, na sua origem (em apelo ao conceito de terras “originárias”, conforme o capítulo para o “direito dos índios” na Constituição vigente do Brasil). Para uma ação direta de “retomada” sobre um território, tanto são requisitadas áreas rurais quanto urbanas, como foi o caso da chamada *Retomada da casa do estudante indígena*, realizada em março de 2022 em Porto Alegre como uma demanda para estudantes indígenas da UFRGS, ação que obteve êxito em sua demanda⁶⁷.

No caso da Fazenda do Arado Velho, no bairro Belém Novo, a ação de “retomada” busca se amparar sobre os achados arqueológicos encontrados no local, como duas pontas de flecha, evidenciando a presença indígena ancestral. Por parte dos realizadores do movimento Preserva Belém Novo, este fato é explorado na sua defesa do território, convidando as famílias mbya-guarani que se estabeleceram no Arado em 2018 para atividades, como a realizada no final de 2021, com apresentações musicais e falas do cacique do grupo⁶⁸, assim como a manifestação artística de outros grupos indígenas⁶⁹.

⁶⁶ O conceito vem crescentemente sendo mobilizado por indígenas e movimento de apoio, embora não sejam comuns estudos acadêmicos sobre a construção do conceito, sendo registrado a partir de etnografias, sobretudo da área antropológica. Alguns exemplos consultados: Canuto, F., & Campos, T. B. de . (2019). *Da retomada à invenção do território: a criação da aldeia Naô Xohã*. *Indisciplinar*, 5(2), 238–261; Alarcon, D. (2013). *A forma “retomada”: contribuições para o estudo de retomada de terras a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro*. *Ruris*, vol.7, n.1.

⁶⁷ Há uma matéria de reportagem do Jornal da UFRGS, detalhando a movimentação, disponível em <https://www.ufrgs.br/jornal/meu-lugar-na-ufrgs-a-universidade-tambem-e-indigena/>

⁶⁸ *Ato em defesa da praia de Copacabana*, realizado em 07 de novembro de 2021, registrada como observação.

⁶⁹ Em 16 de setembro de 2022, foi postado pelas redes sociais virtuais do grupo uma apresentação no bairro de um grupo indígena proveniente do estado brasileiro de Alagoas.

Figura 16 – Artefatos arqueológicos da região da Fazenda do Arado Velho



Fonte: Site da campanha Preserva Arado

Embora as lutas pela definição do Guaíba e das Áreas úmidas estejam relacionadas ao objetivo principal do movimento Preserva Belém Novo – de preservação das áreas naturais e a garantia de sua proteção pelo poder público – as condições de possibilidade da emergência do movimento estão relacionadas às especificidades do bairro, a partir das relações históricas que foram se desenvolvendo ao longo do tempo. Destaca-se, nesse sentido, que a criação do povoamento (freguesia) em 1880 esteve relacionada ao interesse na sua localização geográfica junto ao Guaíba, permitindo uma posição de importância no comércio fluvial. No entanto, a perspectiva de uma pujança econômica na região nunca viria a se realizar, tendo logo o seu papel determinado na economia de Porto Alegre como fornecedor de matéria-prima para a construção civil e suprimento de alguns alimentos agrícolas – uma posição periférica na ordem econômica estabelecida, que não raro é ignorada por livros de história sobre Porto Alegre⁷⁰.

Ao mesmo tempo em que se constituía como uma linha auxiliar da produção econômica da capital, a condição de distanciamento das áreas centrais permitiu o seu estabelecimento gradativo como um refúgio de luxo para as elites da cidade, tendo como marco decisivo a presença do governador Flores da Cunha nos anos 1930, que passava suas férias na região e construiu uma estrada interligando a região do extremo-sul ao centro. Contudo, à medida que a infraestrutura do local não conseguia atender às

⁷⁰ Como exemplo, o livro *História Ilustrada de Porto Alegre*, publicado em 1997, sendo um material escrito em tom “celebratório” da história da cidade e de alguns bairros centrais, não constando nenhuma menção à região do Belém Novo em suas 192 páginas.

demandas de uma população cada vez maior e mais urbana, a região foi paulatinamente perdendo o *status* de balneário das classes altas, que passaram a buscar alternativas em praias do litoral. A progressiva poluição do Guaíba, decorrente da produção industrial em crescimento, acelerou o progresso de decadência do bairro, onde passou a prevalecer um tom de saudosismo dos “tempos áureos” e a preocupação com o crescimento populacional de pessoas das classes mais baixas, que passaram a se instalar no bairro e a construir habitações irregulares na beira do Guaíba a partir dos anos 1970.

Um elemento social estabelecido no bairro a partir da sua exploração como “potencial turístico” é a divisão entre os “moradores” e os “veranistas” – os com “família” e os “forasteiros”, os “nativos” e os “de fora”. Esta relação é uma constante na história do bairro, alterando-se na sua configuração ao longo do tempo, mas mantendo-se como princípio estruturante de diversas disputas. A definição do que é um “morador” ou um “veranista” comporta nuances entre os grupos, mas parece estruturar a percepção dos habitantes do bairro e as suas tentativas de conferir sentido social à região.

Os “moradores”, tipicamente, são os descendentes do povoamento do bairro em 1880. Este grupo não é homogêneo, se constituindo por remanescentes dos trabalhadores das “fazendolas”, das olarias e das atividades relacionadas à pesca, assim como, ao longo do desenvolvimento do bairro, funcionários do serviço público, comerciantes e empreendedores da construção civil. Entre os “moradores” há, portanto, divisões de classes, ganhando saliência os descendentes das primeiras famílias da região que, durante os “tempos áureos”, eram os donos das estruturas de serviços aos veranistas (hotéis, cinemas, restaurantes, bares, clubes, campos de futebol, casas para alugar) mantendo a sua dominação no comercial no bairro nas décadas seguintes, mas com o *status* de outrora perdido⁷¹.

Já os “veranistas” ou os “forasteiros”, são pessoas que chegaram em momento posterior ao bairro, especialmente a partir dos anos 1930 e nas décadas subsequentes. Trata-se de um grupo bastante heterogêneo do ponto de vista econômico – há tanto as famílias ricas que construíram casas e sítios nos anos 1930 a 1960, quanto as levas de pessoas empobrecidas vindas ao bairro em ocupações irregulares à beira do rio a partir dos anos 1970 –, não importando o tempo de moradia pessoal no bairro, sendo comum, por exemplo, uma pessoa ser moradora há décadas no bairro, mas não ser considerada

⁷¹ Perguntado ao movimento *Preserva Belém Novo* de quem vem o apoio dentro do bairro aos projetos imobiliários, aponta-se para os grupos de comerciantes, herdeiros das “famílias tradicionais” do bairro.

como integrante do grupo dos “moradores”. O movimento Preserva Belém Novo é um percebido como composto por este grupo de pessoas “de fora” – algo internalizado pelo próprio grupo, em tom chistoso – ainda que a maioria dos integrantes tenha relações profundas com o bairro, com memórias de infância, mas predominando em suas trajetórias o fato de que eram frequentadores do bairro – possuindo alguma casa ou sítio para veraneio, por exemplo – e que em algum momento de suas trajetórias pessoais passaram a ser moradores, mas sem o *status* de um verdadeiro “morador” do bairro, classificação imposta pelas famílias tradicionais do bairro. Por outro lado, sendo muitas vezes provenientes de classes econômicas altas e com grande capital cultural, os “forasteiros” podem dispor de recursos técnicos e políticos para uso de suas mobilizações – caso do movimento Preserva Belém Novo, que possui pleno domínio da linguagem forense e entendimento do funcionamento do poder público.

A pauta ambiental construída e levada pelo movimento – de “preservação da natureza” da região – busca se estabelecer como transversal à esta disputa, pois ocupa na história do bairro um papel paradoxal em seu anseio por preservação: ao mesmo tempo que a “preservação” dos territórios baldios poderia significar um obstáculo ao estabelecimento de novos empreendimentos, a “beleza natural” do Belém Novo se constitui como o grande atrativo da região, sendo alvo do interesse imobiliário este “contato com a natureza”⁷². Portanto, a questão da “*preservação da natureza*” é um tema sensível ao conjunto de moradores que veem no Guaíba a razão da fundação do povoado e o seu maior diferencial cultural em relação a outros bairros – assim como a principal razão de seu declínio enquanto balneário, com a sua poluição –, ao mesmo tempo em que se ressentem de não possuir uma atividade econômica que lhe permita reestabelecer o *status* de antigamente, demandando projetos que atraiam o interesse – político, econômico e cultural – no bairro.

A inauguração em 2002 do *Condomínio Belém Novo Golf Club*, oferecendo a imagem de altíssimo *status*, é frequentemente usado retoricamente como um exemplo negativo por opositores da construção de condomínios residenciais, posto que, sendo privativo, não se relaciona com o bairro e não movimenta o seu comércio local. A

⁷² Foi inaugurado em 06 de outubro de 2021 em Porto Alegre um condomínio às margens do Guaíba destinado a pessoas de alto poder aquisitivo, anunciado como um “bairro privativo” e frequentemente sendo comparado com o possível condomínio a ser construído no Belém Novo. Sua peça publicitária possui o seguinte texto: “*Nasce a orla que Porto Alegre merece. Com vista para o melhor pôr do sol da cidade. O Guaíba é um dos mais fortes elementos culturais da cidade. Por isso, a Multiplan assume o compromisso de dar continuidade à revitalização dessa área, trazendo o único empreendimento residencial construído na orla da capital gaúcha.*” Disponível em <https://bairrogoldenlake.com.br/>

tendência da disputa, portanto, se dá na divisão entre duas perspectivas: uma vê o bairro como dotado de “belezas naturais” que precisam ser preservadas e disponíveis ao conjunto de moradores, demandando projetos cuja tônica se dá pela “proteção” por parte do poder público; outra que busca mobilizar a natureza do bairro como um atrativo econômico, vislumbrando novas perspectivas financeiras e de *status*. Em paralelo às disputas internas do bairro, as forças econômicas externas ao bairro vem impondo uma dinâmica de expansão urbana ao conjunto da cidade⁷³, buscando situar o afastado bairro do Belém Novo – mais uma vez – como um refúgio de luxo para novos forasteiros.

4.2 Repercussões e representações na mídia

A distância do bairro Belém Novo para o centro da cidade de Porto Alegre e sua condição suburbana atraem poucas notícias dos jornais de maior circulação na cidade. Em consulta aos quatro jornais de maior alcance⁷⁴, todas as notícias referidas ao bairro encontradas nos seus veículos digitais posteriores a 2018 se relacionavam ao conflito da Fazenda do Arado. Apenas uma exceção foi encontrada em uma matéria de 19/09/2023 que mencionava a ação de moradores para coleta de lixo na orla do bairro, destacando a “ação ambiental” promovida⁷⁵.

Entre os jornais pesquisados, percebe-se uma clara diferença de tratamento da disputa que envolve a Fazenda do Arado. A cobertura mais ampla é oferecida pelo Jornal do Comércio, que através de sua coluna *Pensar a cidade* noticia temas relacionados ao planejamento e desenvolvimento urbano de Porto Alegre, em uma perspectiva informativa. A jornalista responsável pela coluna criou-a como uma publicação própria em 2019, vindo a ser incorporada pelo Jornal do Comércio em 2020 como um espaço diário⁷⁶. Em contato com o autor da pesquisa, mencionou que o objetivo do espaço é o de

⁷³ Numerosos são os projetos colocados atualmente em Porto Alegre, com alto potencial de impacto na cidade. Destacam-se projetos para a Orla do Guaíba (incluindo shoppings e condomínios, em regiões centrais), a transformação do chamado 4º Distrito (criação de um “Quadrilátero do Entretenimento”), a reconfiguração do Cais Mauá e áreas adjacentes ao Arroio Dilúvio – todos configurados como espaços privados, oferecidos como produtos e serviços destinados a um público de alto poder aquisitivo.

⁷⁴ Os jornais Diário Gaúcho, Zero Hora, Correio do Povo e Jornal do Comércio, sendo que os dois primeiros possuem a mesma empresa proprietária – Rede Brasil Sul – e compartilham o endereço eletrônico por meio do portal ClicRBS. Os três portais virtuais que veiculam as notícias desses jornais cobram pelo acesso às reportagens e reservam as notícias a seus assinantes, prática chamada de *paywall*.

⁷⁵ “Ação ambiental recolhe lixo da orla do Guaíba no bairro Belém Novo”, publicado no portal ClicRBS

⁷⁶ A coluna foi incorporado também para a rádio BandNews, a partir de 2023, ampliando a visibilidade dos temas tratados.

dar visibilidade a espaços da cidade e dar “voz” a grupos que atuam em questões relacionadas aos temas urbanos e ambientais⁷⁷.

A coluna *Pensar a cidade* é considerada o espaço regular de maior visibilidade entre os grupos ambientalistas de Porto Alegre⁷⁸. Quando são publicadas matérias informativas relacionadas às questões ambientais, uma imagem do texto da coluna costuma circular em grupos nas redes sociais, permitindo alcançar outros grupos de atuação política na cidade – uma forma de facilitar o acesso ao conteúdo da reportagem e evitar o direcionamento a um site jornalístico que exija um pagamento pelo conteúdo. No site do movimento Preserva Belém Novo, uma compilação de matérias jornalísticas que mencionam ou entrevistam o grupo coloca o link para o acesso a quatro publicações da coluna *Pensar a cidade*, além de outras quatro matérias publicadas no mesmo jornal – onde predomina um viés informativo e não opinativo. Uma exceção ao tom informativo é uma publicação de 20 de setembro de 2018 feita pelo jornal, em que divulga uma visão idílica do bairro Belém Novo através da matéria “Belém Novo, uma cidade do interior dentro de Porto Alegre”:

Basta passar da Hípica pelos caminhos rurais, para sentir um clima diferente. Isso porque alguns bairros da Zona Sul de Porto Alegre ainda trazem resquícios da cultura agrária, principalmente da agricultura familiar. Essa sensação de cidadezinha do interior fica ainda mais presente ao chegar no bairro Belém Novo. Na Paróquia Nossa Senhora de Belém, em frente à praça central, as pessoas se cumprimentam pelo nome, e as casas com arquitetura histórica formam um cenário diferente daquele que estamos habituados na movimentada capital gaúcha.

O portal virtual *ClicRBS*, que abrange as publicações dos jornais *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* – líder em vendas nas bancas e em acesso virtual – apresenta perspectiva menos abrangente ao conjunto da temática urbana e busca delimitar a disputa como em um espaço específico. As matérias encontradas pela pesquisa relacionadas à disputa da Fazenda do Arado, tendem a informar situações em que se destaca os tumultos e problemas na região, como nas matérias “Índios relatam tiros e ameaças em acampamento do Belém Novo”, em 11/01/2019, e “Justiça Federal dá 45 dias para indígenas deixarem área da zona sul da Capital”, em 25/07/2019, assim como em “Conselheiro do Orçamento

⁷⁷ Além de jornalista, a colunista também é especialista em Direito Ambiental e Urbanístico. Sua formação, conforme mencionou, é a de jornalismo político, interessando-se posteriormente no foco em questões urbanas e ambientais.

⁷⁸ No *Seminário jornalismo e ativismo ambiental*, promovido em 2023 pela AGAPAN, a coluna foi tratada como um espaço do ambientalismo na “grande mídia”.

Participativo agride morador em centro de referência da prefeitura de Porto Alegre”, em 25/07/2018, em referência a participação de um opositor do projeto imobiliário da Fazenda do Arado em um evento de divulgação da empresa promotora do projeto. Como contraste, o jornal *Correio do Povo* abriu espaço maior para os indígenas, noticiando a sua mobilização em “Protesto cobra segurança a índios na zona Sul de Porto Alegre”, em 13/01/2019.

Diferente da coluna publicada pelo *Jornal do Comércio*, com intenção informativa sobre as questões urbanas, os jornais agrupados pelo portal *ClicRBS* investem em colunas opinativas sobre o assunto, as quais manifestam clara inclinação aos interesses imobiliários. Um de seus colunistas regulares, por exemplo, promoveu o seguinte ataque aos grupos contrários ao projeto de urbanização da fazenda do Arado, sob o título de “Fazenda do Arado e a volta da caranguejada em Porto Alegre”:

É legítimo fiscalizar o estrito cumprimento de todas as leis, especialmente as ambientais. Mas, depois de liberadas as autorizações, não há motivo para que o empreendimento continue parado. Aliás, há sim. O ranço ideológico e a visão mofada de que desenvolvimento urbano é incompatível com preservação ambiental. (publicado em 21/02/2019)

De forma mais contida, outra mostra de impaciência foi dada por outra colunista do mesmo grupo jornalístico, no texto “Enquanto tenta tocar projetos em Porto Alegre, empresa anuncia investimentos em Rio Grande” publicado em 12/04/2019, onde lamenta que a empresa responsável pelo projeto da Fazenda do Arado não consiga desenvolver o projeto, fazendo publicidade para seus empreendimentos:

A IBI Participações e Negócios Imobiliários vai ampliar investimentos no Rio Grande do Sul. Já construiu o Shopping Partage no município de Rio Grande, onde aplicou R\$ 180 milhões. Outro empreendimento em andamento em Rio Grande é o Vívica, que já recebeu R\$ 55 milhões e terá mais um aporte de R\$ 35 milhões. Inclui loteamento residencial e comercial. A previsão ainda é construir um hotel no local, que fica ao lado do shopping. Há ainda um investimento previsto de R\$ 45 milhões de mais loteamentos, que estão na etapa de estudo de viabilidade urbanística.

Em Porto Alegre, a IBI trabalha com os projetos Aradinho e Arado. O primeiro é um loteamento residencial e tem um investimento previsto de R\$ 20 milhões. Tem estudo de viabilidade aprovado e está na segunda etapa, que é o projeto de infraestrutura. Quando todas forem aprovadas, estará apto para ser lançado em busca de construtoras interessadas. Já o segundo projeto tem investimento previsto de R\$ 140 milhões, está em fase de estudo de viabilidade urbanística, sem previsão de lançamento. O projeto chegou a ser embargado pela Justiça a pedido do Ministério Público. Segundo a IBI, não há mais o embargo.

Com a exceção do espaço proporcionado pelo *Jornal do Comércio*, as principais formas de espaço encontradas pelo grupo Preserva Belém Novo, assim como de outros grupos de atuação ambiental em Porto Alegre, são mídias alternativas, sites de notícias que não possuem meio impresso ou publicações diretas em redes sociais – frequentemente combinando essas formas. Além dos jornais já citados, o site do movimento cita em seu site publicações favoráveis de outros periódicos⁷⁹, em que são mais recorrentes os portais *Sul21* (com 13 links para acesso), o *Jornal Já* (com 6 referências) e o *Brasil de Fato RS* (com 3 indicações). O número de matérias do portal Sul21 explica-se pelo fato de não apenas ser informativo, mas também contar com colunas opinativa, sob uma linha editorial que é crítica à atual gestão da cidade, como se menciona a coluna “*Fazenda do Arado exemplifica ‘extrativismo sem limites’ em Porto Alegre*”, publicada em 16/07/2021:

Os empreendedores do projeto não se deram por satisfeitos. Em 2020, o prefeito da capital era outro, mas as forças políticas favoráveis ao negócio se mantinham firmes. (...) O apoio ao longo dos anos de diferentes prefeitos e da maioria dos vereadores da Capital ao projeto Fazendo do Arado é sintomático ao revelar como grandes empreendimentos imobiliários são bem-vindos pelas forças políticas da cidade. Se a legislação impede a obra, então muda-se a lei. As particularidades geográficas, as características ambientais de Porto Alegre e os impactos causados por grandes empreendimentos ficam em segundo plano.

A mudança do regime urbanístico de um bairro no extremo-sul da cidade para beneficiar sob medida um único empreendimento, se enquadra na perspectiva mais ampla de ocupação da Orla do Guaíba pelo mercado imobiliário. A Fazendo do Arado está longe de ser caso isolado.

A distância da área para o centro da cidade e a falta de visibilidade do bairro nas notícias cotidianas dos grandes jornais faz com que o principal meio de difusão das notícias seja as redes sociais virtuais. O principal meio de comunicação virtual ativo do Preserva Belém Novo se dá pela plataforma *Instagram*, em que se apresenta como um *Movimento comunitário que foca sua atuação no tripé Cidadania – Meio Ambiente – Cultura* e possui 1.208 seguidores. Como temas fixados na página, constam as seguintes temáticas traduzidas pelas palavras: Arado, Cidade, Refúgio da vida, Balneabilidade, Cultura, Caminhada socioambiental e Resíduos. Essas guias indicam os principais assuntos postados pelo grupo, relacionados a questões de preservação ambiental e serviços públicos no bairro, como cuidado com a limpeza das águas das praias e a poda adequada de árvores na região.

⁷⁹ Disponível em: <https://preservabelemnovo.wordpress.com/noticias/> (último acesso em setembro de 2019)

Além das notícias no bairro, as postagens repercutem os principais temas mobilizados por outros grupos ambientais da cidade. Nos últimos anos, o Preserva Belém Novo repercutiu e organizou conjuntamente atividades com outros grupos que receberam mais atenção da mídia. Recentemente, houve dois grandes temas que mobilizaram espaço na mídia e apelo a uma opinião pública com mais visibilidade na cidade: em outubro de 2022, a notícia do interesse da prefeitura em abrir a disputa por concessão pública para administração privada do Parque Farroupilha⁸⁰ por 30 anos. A iniciativa da prefeitura gerou uma reação de opositores e o surgimento do grupo Preserva Redenção, o qual declara de mais de cem integrantes e reúne muitos apoiadores que se opõe à gestão municipal. Com ampla visibilidade e grande número de agentes ativos, o movimento tem produzido atividades desde então e se constituiu em um importante articulador dos grupos ambientais na cidade – com suas atividades sempre divulgadas pelo Preserva Belém Novo⁸¹.

Outro tema de grande repercussão foi o do corte de mais de uma centena de árvores do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho – mais conhecido como Parque Harmonia – em julho de 2023. Realizado por uma empresa licenciada pela prefeitura, o fato do corte de árvores foi amplamente denunciado pelas entidades ambientais, em que o Preserva Belém Novo participou como organizador de ato conjunto em 16 de julho, o qual originou o movimento Salve o Harmonia. As imagens da devastação da área verde articularam a palavra “arboricida” como um rótulo às políticas de iniciativa da prefeitura⁸², sendo constante em atos de grupos ambientais da cidade desde então. O impacto provocado pela denúncia do corte massivo de árvores, amplamente mobilizado por parlamentares de oposição ao governo, sofreu contra-ataques da mídia, como a coluna “É preciso desarmar os espíritos para resolver impasse no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho”, veiculada em 03/08/2023 no portal ClicRBS:

Se alguém disser que só agora soube que, no projeto da empresa GAM3 Parks para o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, consta uma roda gigante de 66 metros de altura ao custo de R\$ 60 milhões está mentindo, não se informa ou

⁸⁰ Parque mais central e de maior visibilidade de Porto Alegre. O nome pelo qual é conhecido popularmente é Redenção, em referência ao antigo nome da região.

⁸¹ Um símbolo recorrente mobilizado pelo Preserva Redenção é o da ameaça sofrida à fauna do Parque Farroupilha. Em particular, é mobilizada uma denúncia à morte de gambás, animal que é perseguido com armadilhas por donos de bares do parque, devido ao mau cheiro que provoca.

⁸² O governo que administra Porto Alegre é uma coalização liderada pelo MDB. Na sua campanha, o maior número de financiamento privado esteve ligado à atividades empresariais ligadas à construção civil.

acabou de desembarcar de um planeta fora do Sistema Solar. O parque um dia chamado de "Harmonia" está no centro de uma guerra de visões que não serve aos ambientalistas, nem aos investidores, nem à cidade.

Da mesma forma, no mesmo portal, outro colunista apresenta uma nítida inclinação a autorizar o empreendimento, no texto “Revitalização do Parque Harmonia: toda obra agride” de 06/07/2023, em que responde se “o debate é válido ou é uma reclamação sem sentido”:

Preocupados com o que estão presenciando, vereadores e defensores do meio ambiente pediram detalhamento sobre as obras. Alegam que o corte de árvores e a presença de máquinas afugentam aves e tiram do parque a característica campeira. De fato, a obra agride. Duplicar uma rodovia, construir um túnel, fazer uma reforma em casa é sempre desagradável. Conviver com a poeira, com o barulho e com a demora é um inconveniente. Mas a máxima de que não é possível fazer omeletes sem quebrar ovos é verdadeira. Obra boa é sempre obra entregue, já que, enquanto é executada, ela só traz dor de cabeça.

Amparados pelas notícias de maior visibilidade trazidas por disputas no centro da cidade, o movimento Preserva Belém Novo mobiliza conteúdo para alimentar os seus veículos de comunicação virtual. Da mesma forma, incorpora as mobilizações realizadas por tais grupos – como a denúncia da ameaça à fauna ou o corte de árvores – em que busca relacionar eventos ocorridos no bairro com os eventos que possuem visibilidade no momento nas regiões centrais. A participação de atividades conjuntas, mesmo que seja apenas a repercussão virtual das mobilizações, integra o grupo à uma atuação mais ampla e tenta garantir que o grupo tenha alguma atenção, por coincidir a pauta de outras mobilizações.

4.3 Diferenças de classe

A ameaça sentida pelo empreendimento imobiliário da fazenda do Arado no Belém Novo não é apresentada apenas do ponto de vista “ambiental”, mas também é sentida por ser de “ultra-ricos” ou de “milionários” o público-alvo dos imóveis, que passariam a ser moradores do bairro. A ansiedade de se ver diante do usufruto privado da “natureza” da região por uma classe muito superior economicamente desperta uma sensação de se estar sendo roubado o “paraíso” que estava disponível para as pessoas até então mais privilegiadas do bairro, como são os integrantes e apoiadores do movimento por preservação – não apenas da natureza, mas da preservação das condições sociais

atuais do bairro. A chegada de novas pessoas ao bairro, que supõe amplamente mais ricas, frustraria o plano de uma classe média/média-alta que encontra no bairro as condições ideais e possíveis para se ter uma casa com quintal em um lugar tranquilo, seja pela elevação que provocaria no custo de vida do local, seja pelo drástico rebaixamento de *status*.

O “paraíso possível” que é ameaçado para a classe média/média-alta, contudo, frequentemente é interdito para as classes mais baixas do bairro. Em entrevista a esta pesquisa (Quadro 5), pessoas que foram removidas do bairro por morarem em regiões irregulares – e continuam morando em áreas próximas, nos bairros vizinhos – demonstram o ressentimento com os “ricos” do bairro que sempre fizeram “pressão” pelas suas expulsões (“era bom morar ali, não tinha por que sair”). Quando perguntados sobre a opinião a respeito do empreendimento imobiliário do Arado, contudo, tendem a possuir a mesma posição do grupo Preserva Belém Novo, por um sentimento hostil aos “milionários” e por sentirem que a expansão privatista dos “ultra-ricos” os expulsaria para cada vez mais longe.

A dificuldade de abordagem do Preserva Belém Novo com as classes mais baixas que são moradoras do bairro é assumida: *“Eles são muito fechados... estão pensando na sobrevivência, o que é justo, claro. Mas nós não temos tempo ou método para conseguir conversar com eles”*, como desabafou uma integrante. A dificuldade da mensagem do grupo em dialogar com as classes mais baixas é realçada na medida em que promessas vagas oferecidas pelo governo (“empregos”, “cursos”, “comércio”) parecem surtir efeito nesta população e isolam o grupo de parcela importante dos moradores do bairro⁸³.

⁸³ Em atividades acompanhadas pela pesquisa, realizadas por outros grupos atuantes em áreas centrais, era comum as queixas de que a mensagem “não conseguia chegar” aos mais pobres.

Quadro 5 – Os excluídos

Três foram os excluídos do bairro entrevistados: uma “nativa” de 30 anos, filha de um pequeno comerciante do Belém Novo; um trabalhador vigilante de um posto de saúde e um trabalhador de serviços de construção. Os três moram em bairros vizinhos, após terem suas moradias irregulares removidas do bairro Belém Novo em 2001, sendo os dois primeiros contemplados por um programa habitacional municipal e ressentidos da perda do espaço no antigo bairro.

O último dos três não foi contemplado por programas de moradia: filho de um policial militar que fora expulso da corporação, seus pais se mudaram para a periferia da cidade, na região sul. Com o falecimento do seu pai logo em seguida à mudança, a mãe passou a fazer trabalhos como cozinheira para sustentar a família e por meio da atividade conseguiu uma bolsa para o filho estudar na escola particular do bairro Belém Novo onde passaram a residir (“minha mãe conseguiu isso porque cozinhou na casa de um vereador”). Única pessoa negra do colégio, sofreu diversas violências pelos colegas e poucos anos depois perdeu a vaga por reagir às ofensas sofridas. No colégio público, contudo, era pior: “me batiam mais ainda porque eu era o mauricinho que vinha do colégio caro...”. Estudou até a sexta série do ensino fundamental e realiza serviços de construção desde então. Demonstra conhecimento aprofundado da história do bairro, nomeando pessoas, eventos e “situações de classe” decorrentes. Se mostra contra o empreendimento do Arado denunciando uma “lógica excludente” em que os ricos “se pudessem, colocavam uma cancela e fechava toda a região do extremo-sul”.

A opinião é compartilhada pelos dois primeiros, que formam um casal. O trabalhador como vigilante é filho de um músico, que optou com a família por morar no Belém Novo para se afastar de onde moravam anteriormente: “Muita criminalidade... no Belém Novo é bonito, muito mais tranquilo”. Morando na beira do lago, disse que desde cedo tinha contato com os peixes e realizava pequenas pescarias. Também demonstra grande conhecimento do bairro e é uma referência para políticos da região, que buscam a sua mediação para contatos com a “comunidade”, o que lhe permitiu um contato duradouro com profissionais de diversas áreas.

Em relação ao movimento Preserva Belém Novo, tendem a concordar com a denúncia do grupo em relação ao empreendimento do Arado. Consideram que os integrantes do movimento – bem identificados por suas posições sociais – são também ameaçados por futuros empreendimentos, por trazerem pessoas “milionárias”, de nível econômico muito mais elevado que os moradores atuais do Belém Novo. Mas, ponderam: “A expulsão deles é mais sutil... sobe o nível, sobem os preços, sobem os impostos e eles não tem como ficar. Vão sendo expulsos dali dessa forma. Com a gente é um trator na porta”.

Fonte: Entrevistas ao autor

4.4 A importância do grupo para a rede

Junto ao desenvolvimento do projeto de pesquisa, foram sendo acompanhadas atividades de movimentos sociais ambientais na cidade de Porto Alegre, estabelecendo-se uma lista representativa dos grupos, a partir da recorrência em atividades divulgadas e em especial pela participação em um evento chamado *Dia Mundial do Meio Ambiente* que contou com ampla programação sobre a temática, alguns

dos quais já estavam sendo estabelecidas interações. São, portanto, movimentos que mobilizam a temática ambiental e a colocam em primeiro plano de sua reivindicação.

Entre os movimentos, identificam-se:

- Movimentos de moradores em defesa de um bairro ou região, mobilizando a preservação ambiental para a conservação do espaço, incluindo seu estilo de vida;
- Movimentos de caráter associativo e agregador de pautas, com sua origem nos anos 70 e 80, já estudados em outros trabalhos;
- Movimentos de apelo voluntário, associado ou inspirado por ONGs e organizações internacionais;
- Movimentos religiosos, sobretudo ligados à Igreja Católica.

Além de atividades de cada um desses grupos, foi possível acompanhar atividades conjuntas, com a maioria dos grupos se conectando via postagens de redes sociais e grupos em aplicativos de conversa. Ilustrativo dessa proposta de atuação conjunta dos movimentos se deu em ato convocado em um domingo, em espaço aberto de grande circulação na cidade, cuja chamada propunha a “defesa da vida, justiça e todos os defensores da manifestação da vida que foram assassinados”, em referência aos recentes assassinatos cometidos na região amazônica, o que possuía um forte apelo político. Em um contexto que prevê eleições em outubro – sendo percebidas por muitos como “decisivas” – houve um forte apelo desses movimentos em mostrar o ato como “espontâneo e apartidário”, solicitando que não fossem feitas manifestações relacionadas a partidos políticos. Apesar de todas as atividades acompanhadas contarem com a presença de vereadores e figuras conhecidas da política estatal, no momento das atividades a tendência é que fiquem sem identificação, sendo reconhecidos apenas por sua imagem pública.

A questão da ocorrência das eleições de 2022 em outubro foi um ponto que a pesquisa atentou – pois mesmo que os grupos buscassem se distanciar, alguns militantes individualmente dividiam seu tempo em atividades de apoio a candidatos. Considerou-se, portanto, que houve uma interferência deste evento na ação dos movimentos ambientais, que tenderam de modo geral a se posicionar junto às candidaturas de oposição no cenário atual, possuindo ou não vínculos partidários. Ilustrativo desse posicionamento é uma interação em que se percebeu uma conversa entre dois integrantes: perguntado se

iria em determinado ato, um deles respondeu que sim, mas que “aquele é partidário, não vou com a camisa do movimento”. Interpreta-se esse tipo de desejo de “separação dos espaços” como inserida no processo de politização engendrada pelos grupos, que buscam se diferenciar para dar visibilidade e tentativa de maior eficácia da ação, obtendo possíveis ganhos de importância e influência (LAGROYE, 2017).

Sobre a faixa etária dos participantes ser, em geral, ser percebida como de idade avançada, há o amplo desejo difundido de que mais “jovens” participem, o que se verifica como uma queixa recorrente nas atividades. Com efeito, a maioria dos ativistas dos movimentos identificados há muito tempo é engajada em movimentos relacionados a uma causa ambiental ou a interesses do bairro em que mora, seja nos movimentos atuais ou em outros de sua trajetória, incluindo a participação em partidos políticos. Contudo, foi identificada a presença de pessoas mais jovens em grupos de ONGs e/ou identificados com movimentos internacionais recentes – inspirados por Greta Thunberg, de 19 anos, por exemplo – os quais se tomou contato para possíveis interações futuras. Em uma interação prévia via rede social, um destes movimentos se identificou como um *movimento jovem* e que limitava a participação de seus integrantes a até 29 anos de idade, justificando-se pela idade determinada pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) de 15 a 29 anos, indicando outros movimentos para a participação de “não-jovens”.

Como forma de repertório, foi mencionado a proposta de realização de *flashmobs* – forma de protesto entendida como uma ação repentina em um espaço, mobilizando e integrando as pessoas presentes, ressaltando a intenção do caráter “espontâneo” e “aberto” de tais ações. Apesar de intervenções pontuais que buscam trazer novidades, há intervenções em audiências públicas e participação de militantes em conselhos municipais de forma eleita, incluindo outras áreas que não a ambiental, caracterizando uma continuidade com modelos políticos já estabelecidos. Quando perguntado a alguns dos movimentos quando haveria novas atividades desenvolvidas, nem sempre havia alguma previsão, tendo-se a impressão geral de que muito da atuação se dá por meios virtuais, seja pela divulgação via perfil nas redes sociais, seja por troca de mensagens entre grupos de conversa. Há grande variação de intensidade, portanto, entre um e outro grupo, mas predominando um caráter “reativo”, reagindo à alguma ameaça pontual ou situação enfrentada em um dado momento. Os grupos que possuem agendas mais consolidadas, em geral, são os grupos que se associam a ONGs internacionais, seguindo convocações para atos nacionais ou internacionais, em datas marcadas com grande antecedência ou já previstas anualmente, como o *Dia Mundial do Meio Ambiente*.

De modo geral, as interpretações parecem convergir com outros trabalhos acadêmicos no estudo da militância ambientalista (JÉROME, 2014), havendo uma tendência de se constituírem por pessoas que experienciaram ou sustentam vínculos partidários, mas que são colocados à margem das prioridades nos espaços políticos, o que os reforça um sentimento de “vanguarda” e desejo de “autonomia” frente a outras organizações e nas instituições, mobilizando frequentemente conhecimentos técnicos ou amparados em estudos científicos para a defesa de suas agendas⁸⁴.

Uma integrante do grupo Preserva Belém Novo contatada para a pesquisa e que aceitou conceder uma entrevista, fez a ressalva de que “*somos pequenos e talvez não mereçamos um estudo*”. Em sua percepção, a disputa principal do grupo se deslocou para o judiciário, área que não domina, esvaziando boa parte da atuação do grupo que apenas pontualmente consegue fazer ações que conseguem atingir os moradores ou alcançar um público de fora do bairro.

No entanto, em diversos espaços militantes observados por esta pesquisa – como eventos acadêmicos, atividades ambientais e as edições do Fórum Social Mundial – é nítida a percepção de que “todos conhecem o Preserva” e assumem como uma atuação importante que é desempenhada pelo grupo “lá no sul da cidade”. A se tomar a entrevista do próprio iniciador da “questão Arado”, que ressaltou a importância de ter “moradores” envolvidos para sustentar a disputa, é de se notar a importância que o grupo possui não apenas para a “causa” em questão, mas para toda uma rede militante da cidade de Porto Alegre

Observa-se, portanto, a relação entre o grupo e a rede: por um lado, a rede fortalece a identidade “ambiental” do grupo e a legitimidade de sua atuação, fornecendo *expertise* técnica, assessoria jurídica, contatos políticos, jornalistas e público para as suas atividades. Por outro lado, o grupo fornece algo essencial para a rede: um “posto” no campo de batalha, uma posição assegurada e mobilizada sempre que necessário – uma “rara” posição militante situada em um lugar longínquo da cidade, onde poucos vão e menos ainda moram, mas que se apresenta como um local importante na oposição ao governo municipal da cidade⁸⁵. Se há a tentativa política da construção de um discurso

⁸⁴ O trabalho de Vanessa Jérôme (JÉROME, 2014) sobre os militantes ambientalistas da França (*Les Verts*) traça um abrangente quadro das disposições militantes para a temática ambiental, ressaltando-se o aspecto constantemente retroalimentado de se estar fazendo uma “outra” política (*Militants de l'autrement*).

⁸⁵ Em contato com esta integrantes desta rede durante a pesquisa, o próprio pesquisador – mencionando que mora no extremo-sul da cidade – foi sondado para possibilidades militantes porque “precisa muito de gente naquela região”.

ambiental na cidade de Porto Alegre de que a “zona rural está sendo atacada por uma expansão imobiliária predatória”, é interessante ter alguém lutando nesta zona rural, como um soldado em seu posto guardando a fronteira.

Tomado como parte de uma rede ampla – uma rede constituída por partidos de esquerda, movimentos comunitários ligados ao Orçamento Participativo e grupos ambientalistas, todos orientados em um sentido de oposição ao grupo político que controla a prefeitura – o grupo Preserva Belém Novo ganha relevância e garantia de que suas demandas possam ter alguma chance de sucesso, sustentando a atuação do grupo. O fio que permite a ligação do grupo à essa rede é a mobilização de uma “questão ambiental”: a luta para impedir que milionários se apropriem e destruam um patrimônio ambiental da cidade – o qual poucos conhecem, mas muitos podem mobilizá-lo politicamente para disputas no centro da capital.

CONCLUSÃO

No dia 27 de setembro de 2023, o lago Guaíba transborda e provoca inundações na cidade de Porto Alegre. O fato, que não ocorria desde 1941, foi consequência do mês com maior número de chuvas registrado no estado do Rio Grande do Sul, o que causou estragos severos especialmente na região do Vale do Taquari, onde as cidades Roca Sales e Muçum tiveram a totalidade de sua infraestrutura de serviços públicos destruída, dezenas de óbitos e centenas de pessoas desalojadas. Em Porto Alegre, um sistema de comportas para evitar o alagamento das áreas centrais foi acionado e as imagens próximas à orla do Guaíba ganharam ampla repercussão. A região extremo-sul da cidade foi afetada de modo mais intenso, devido à precariedade das condições de diversas moradias e a reduzida infraestrutura pública: gráficos comparavam a situação de 1941 com a de 2023, em que há contenção no centro, mas semelhança na periferia ao sul.

Diante do fato, grupos ambientalistas e de oposição ao governo municipal buscaram associar a inundação com a política urbana da prefeitura, que estaria negando as evidências de uma “emergência climática”. Um dia após o transbordamento do Guaíba, o deputado estadual mais votado em Porto Alegre fez uma longa postagem em que relembra “a importância da Fazenda do Arado na preservação ambiental”, explicando que se trata de uma área alagadiça e que se constitui em uma “defesa natural que deve ser preservada”. Ilustra o texto de nove parágrafos com imagens da região da fazenda que ele credita ao movimento Preserva Belém Novo, perguntando-se “como estaria o extremo sul da cidade hoje se ela não estivesse ali?” e questionado diretamente o prefeito: “Vai colocar a população em risco em troca do lucro das empreiteiras ou vai ouvir a ciência e evitar esse crime ambiental?”.

A trajetória do grupo Preserva Belém Novo iniciada em 2014 indica um forte processo de politização do meio ambiente, o que alterou a sua composição, perspectiva e alcance de visibilidade. Se as intenções iniciais do grupo, conforme mencionadas por seus membros mais antigos, se restringiam a preocupações de cuidado com as áreas próximas às residências de seus integrantes, a iniciativa de um empreendimento imobiliário na região gerou as condições de oportunidade para que o grupo se transformasse e ampliasse o seu escopo. Houve mesmo a menção a um elemento de casualidade nessas condições: um evento de divulgação do empreendimento no bairro foi esvaziado por uma forte chuva que caiu no horário de realização, em que poucas pessoas participaram. Entre esses

poucos, contudo, havia integrantes do movimento, que se organizou para a reedição do evento e assim conseguiu a adesão de moradores de outras regiões do bairro.

O grupo buscou ativamente assumir o protagonismo em uma disputa contra a realização do empreendimento na questão da Fazenda do Arado e se tornou com o tempo a principal referência. Ao assumir a pauta, o grupo passou a atrair a participação de novos integrantes e transformou gradualmente sua identidade de um grupo de moradores de uma localidade para um grupo que se preocupa com grandes questões urbanas e ambientais da cidade. Para isso, passou a mobilizar uma série de temas que construíram uma “questão ambiental”, como a defesa da fauna, da flora, do ambiente natural e da noção de serviço ambiental à cidade, ao tentar salientar a importância da preservação da região para o ecossistema que abrange Porto Alegre. Como proposta principal, passou a oferecer a criação de uma unidade de conservação como parque público, o que lhe habilitou o acesso a parlamentares de oposição ao governo da prefeitura.

Entre os recursos individuais de seus integrantes que permitiram essa mobilização, salienta-se o domínio do funcionamento do poder público e do sistema judiciário – especialmente mobilizado por sua principal liderança, que é advogada. O grupo, assim desde o início escreve e publica petições, manifestações, cartas compromisso, cartas a parlamentares, sempre com a tradução da intenção em linguagem jurídica. Esse domínio do poder público e o fato de residirem em uma área distante do centro da cidade compensa o fato de que o movimento não conta com uma *expertise* em questões ambientais, o que é comum em grupos ambientalistas – nenhum dos integrantes menciona formação em áreas das ciências naturais, lacuna que é preenchida pela tentativa de articulação com uma rede mais ampla de ambientalistas que conta com acadêmicos especializados na natureza.

Entre os membros mais antigos do grupo, também não foram relatadas experiências com organizações partidárias ou em movimentos sociais prévios. O que poderia ser considerado um déficit de um capital militante, contudo, foi progressivamente sendo preenchido com a entrada de novos integrantes que tinham larga experiência em outras organizações. Isto revela a grande organização do movimento social de buscar soluções às suas exigências, sendo possível traçar uma linha do tempo do grupo: de um grupo de moradores de uma região do bairro, partiu-se para moradores de outras áreas. Em seguida, o grupo passou a mobilizar uma “questão ambiental” e incentivou a articulação com outros grupos ambientalistas. Em momento mais recente, já integrado em uma rede ambientalista que por sua vez se articula a uma rede suprapartidária com parlamentares de oposição à administração municipal, o grupo passou a atrair integrantes

e apoiadores com capital militante que poderia ser traduzido em atividades do grupo, ampliando o seu repertório de atuação e a articulação política com esta rede.

A condição geográfica e a história social do bairro Belém Novo permitem esse tipo de mobilização do meio ambiente. Por ter sido desde o início de sua fundação pensada como uma área rural e balneário para a população do centro da cidade, a evocação das belezas naturais funciona como um dispositivo para argumentar pela defesa de algo que é “evidente”. A narrativa que a maioria de seus moradores sustenta é de que o bairro é um lugar bonito, compatível com uma moradia de boa qualidade de vida em meio à natureza – impressão mencionada mesmo entre as pessoas de classes mais baixa ouvidas por esta pesquisa, incluindo ex-moradores que se ressentem de sua expulsão do local. O fato de que no passado, nos seus “tempos áureos”, o bairro ostentava também um interesse das elites políticas que instalavam suas casas de “veraneio” no bairro, carrega-se o tom de nostalgia para seus moradores mais antigos e a sensação a eles de que o lugar deveria ser algo mais do que é. Entre as classes mais altas do bairro, portanto, há uma ambiguidade entre os antigos e os moradores mais recentes – os últimos, ao contrário, escolheram o bairro para morar e tendem a querer defender a preservação de suas atuais condições.

A representação na mídia da disputa envolvendo o empreendimento imobiliário na Fazenda do Arado é o que fez o bairro ganhar mais destaque nos principais meios de imprensa da cidade⁸⁶. O fato de maior visibilidade nas matérias encontradas foi referente à presença dos indígenas na região, que ocuparam a área em 2018 – sob a forma de “retomada” – e denunciaram a violência sofrida pelos empreendedores do projeto em 2019. Em atividades de movimentos sociais que o pesquisador participou desde então, não é raro que entre um *checklist* das disputas que ocorrem na cidade se mencione a “luta dos indígenas no Arado”, sendo este um potencial de crítica à administração municipal por mobilizar a noção de Terras Indígenas e federalizar a disputa. O movimento Preserva Belém Novo, contudo, atua com cautela referente a essa mobilização, por ter sido acusado judicialmente de “trazer os indígenas para área”, o que é negado peremptoriamente pelo grupo e que ridiculariza a alegação.

⁸⁶ O próprio pesquisador, que é porto-alegrense, até bem pouco tempo não saberia dizer onde ficava o Belém Novo ou qualquer bairro da região extremo-sul da cidade. A primeira notícia com a qual teve contato foi o episódio de janeiro de 2019, em que indígenas relataram que estariam sendo atacados a tiros pelos empreendedores na Fazenda do Arado. Lendo uma notícia a respeito na época, o pesquisador precisou de tempo para compreender que uma área com aquelas descrições fazia parte de Porto Alegre – o que na época lhe pareceu ser possível devido à grande distância do centro da cidade.

Outro tema que se mobiliza frequentemente e promete ganhar força no futuro da disputa é o da caracterização da área conflagrada em uma área húmida. A inundação do Guaíba em setembro deste ano produziu uma imagem clara a ser oferecida para a popula o a respeito do aspecto de “banhado” da Fazenda do Arado, como ela   mencionada em diversas publica es recentes do grupo. Este fato comprovou o alagamento significativo da área, o que   articulado   no o de que a inunda o desta área protegeria que outras áreas urbanizadas fossem inundadas – seja no próprio bairro ou em toda a cidade. Como a m dia repercutiu amplamente a como o provocada pelos estragos materiais provocados pelas chuvas e enchentes do estado em setembro – convocando as principais autoridades do estado a prestar satisfa es – a mobiliza o sobre o tema associado   Fazenda do Arado pode ganhar relevância e contrabalançar a tramita o do empreendimento, que conta com o apoio político da administra o municipal.

A disputa que ocorre no bairro Belém Novo se insere em uma disputa mais ampla e que hoje se apresenta entre apoiadores e opositores da gestão municipal. O movimento Preserva Belém Novo, em seu início, não objetivava participar de tal disputa: seus integrantes não tinham experiência de participa o em outros movimentos sociais e não se identificavam   “esquerda” ou   “direita” do espectro político, conforme mencionado por sua fundadora. Seus interesses se restringiam   qualidade de suas mor dias em uma região distante do centro urbano cidade.   medida que o grupo reconfigurava seus objetivos para sustentar as suas inten es – mantendo o horizonte do seu interesse original – ele *politizou* o meio ambiente para fortalecer sua legitimidade e se habilitar a falar em nome da região. Este processo de politiza o ambiental o fez obter novos integrantes, novas identidades individuais negociadas em coletivo e hoje o insere de modo consistente em uma rede de apoio que se situa   “esquerda” e em oposi o   gestão municipal, com participa o de diversos parlamentares municipais e estaduais.   essa progressiva inser o que habilita o grupo a atingir, no próximo ano de 2024, uma década de a o política sustentada como um movimento social.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. *Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito*. In: *Sociologia e antropologia*, v.02.03, p.21 a 41, 2012
- ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate*. In: *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009
- BADIE, Bertrand. *Le Développement Politique*. Paris: Economica, 1994. p. 111-133.
- BADIE, Bertrand; Hermet, Guy. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CALHOUN, Craig; WACQUANT, Loïc. *Interesse, racionalidade e cultura*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (6), 1991.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: O novo jogo político*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CORADINI, Odaci Luiz. *A politização em condições politicistas: Alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos*. In: *Política e Sociedade – Florianópolis*, Vol.16, N.37, Set/Dez de 2017.
- CORADINI, Odaci Luiz. *Posfácio*. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (Orgs.) *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- CRUZ, Cassius Marcelus; FERNANDEZ, Érico Pinheiro; GOMES, Rodrigo de Aguiar. *Memória dos Bairros: Belém Novo*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2000

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAXIE, D. *Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective*. *Swiss Political Science Review*, v. 11, n. 1, p.157-188, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012

JÉROME, Vanessa. *Militants de l'autrement: Sociologie politique de l'engagement et des carrières militantes chez Les Verts*. EELV. *Science politique*. Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne, 2014.

LAGROYE, Jacques. *Os processos de politização*. In: *Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 37 - Set./Dez. de 2017*

LEITE LOPES, José Sérgio (Org.) *A ambientalização dos conflitos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LENOIR, Rémi. *Objeto sociológico y problema social*. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Rémi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. *Iniciación a la práctica sociológica*. México D.F. : Sigo Veintiuno Editores, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: Aspectos culturais*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Porto Alegre, 1982.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre, história e vida da cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1973.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: Origem e crescimento*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. *O capital militante: tentativa de definição*. *Plural*, n. 13, 2006.

MENEGAT, Rualdo.; PORTO, Maria Luiza; CARRARO, Clóvis Carlos; FERNANDES, Luís Alberto Dávila. (orgs). *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

NUNES, Thiago Calsa. *Cidade e globalização: Um estudo a partir das ocupações urbanas no centro de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 114p., 2018

OLIVEIRA, Wilson de. *A arte de resistir às palavras: inserção social, engajamento militante e militância múltipla*. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (Orgs.) *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

OLIVEIRA, Wilson de. *Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil*. In: Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 3, 2008, pp. 751 a 777

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Memória Porto Alegre: Espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira; SILVA, Marcelo Kunrath. *Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise*. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 21, p. 189- 228, 2016.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. *Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses*. Sociologias, v. 13, n. 28, 2011.

SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. *A politização do espaço social*. In: Política e Sociedade. Florianópolis, vol.16, n.37, 2017.

SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. *A política como objeto de estudos das ciências sociais*. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (Orgs.) *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SEIDL, Ernesto. *(Re)Pensar os movimentos sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.26, n.75, 2011.

SEIDL, Ernesto. *Um capital militante em transformação? Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre*. Estudos sociológicos, Araraquara, v.26. n.50 p.175-209 jan-jun.2021.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.